

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	17
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	20
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	24
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	25
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	25
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	28
10. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	28
11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	32
12. INVESTIMENTOS	33
13. IMOBILIZADO	38
14. INTANGÍVEL.....	41
15. FORNECEDORES	43
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	43
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	45
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	48
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	48
20. PROVISÕES	50
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	59
22. RECEITA	59
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	61
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	64
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	65
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	67
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	77
28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA	78
29. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	79
30. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA	81
31. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE	82
DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	83
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	98

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.234.744	2.862.490	82.980	226.695
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	812.968	358.987	286.255	180.000
Consumidores e Revendedores	6	2.588.739	2.549.546	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		459.549	427.060	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	11	891.785	1.120.035	-	-
Tributos Compensáveis	7	356.669	354.126	72.941	72.570
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8	344.369	220.760	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		20.755	22.080	-	-
Dividendos a Receber		-	-	206.583	195.196
Estoques		61.993	54.430	213	15
Outros Créditos		690.603	562.135	6.790	8.801
TOTAL DO CIRCULANTE		8.462.174	8.531.649	655.762	683.277
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	198.677	-	45.607	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	10	1.777.305	1.830.075	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	10	-	-	1.030.406	1.010.078
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	2.044.535	2.036.087	428.910	424.449
Tributos Compensáveis	7	342.264	327.948	4.754	4.334
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8	30.945	23.605	21.964	19.548
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.401.108	1.387.711	277.810	275.721
Consumidores e Revendedores	6	164.774	158.770	-	-
Outros Créditos		170.629	184.367	33.345	50.695
Ativo Financeiro da Concessão	11	9.527.687	8.777.822	-	-
Investimentos	12	196.027	176.740	12.593.737	11.994.523
Imobilizado	13	8.692.198	8.661.791	1.677	1.723
Intangível	14	4.844.307	5.261.181	615	657
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		29.390.456	28.826.097	14.438.825	13.781.728
TOTAL DO ATIVO		37.852.630	37.357.746	15.094.587	14.465.005

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	1.088.048	1.189.848	8.202	12.059
Encargos Regulatórios	18	430.775	368.229	-	-
Participações nos Lucros		129.152	89.512	12.296	9.357
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	548.471	516.553	20.715	35.740
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	404.663	129.384	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		1.233.405	1.243.086	1.233.404	1.243.086
Empréstimos e Financiamentos	17	3.948.270	4.382.069	1.041.786	1.011.830
Debêntures	17	840.410	3.438.991	-	-
Salários e Contribuições Sociais		240.856	271.891	8.949	12.987
Obrigações Pós-emprego	19	101.771	100.591	3.361	3.706
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros		19.683	25.143	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	4.913	8.646
Concessões a Pagar		10.710	-	-	-
Outras Obrigações		403.299	414.049	12.319	15.137
TOTAL DO CIRCULANTE		9.399.513	12.169.346	2.345.945	2.352.548
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	18	199.122	262.202	-	-
Empréstimos e Financiamentos	17	5.837.335	5.358.450	18.397	18.397
Debêntures	17	4.795.173	2.599.559	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	919.914	897.087	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	1.182.944	1.234.024	-	-
Provisões	20	598.290	549.439	192.382	185.952
Concessões a Pagar		124.685	129.696	-	-
Obrigações Pós-emprego	19	2.193.722	2.186.568	97.885	96.245
Outras Obrigações		227.709	226.427	65.755	66.915
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.078.894	13.443.452	374.419	367.509
		25.478.407	25.612.798	2.720.364	2.720.057
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital Social		3.412.073	3.412.073	3.412.073	3.412.073
Reservas de Capital		3.953.850	3.953.850	3.953.850	3.953.850
Reservas de Lucros		3.292.871	3.292.871	3.292.871	3.292.871
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.034.799	1.080.800	1.034.799	1.080.800
Ajustes Acumulados de Conversão		3.343	5.354	3.343	5.354
Lucros Acumulados		677.287	-	677.287	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.374.223	11.744.948	12.374.223	11.744.948
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		37.852.630	37.357.746	15.094.587	14.465.005

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
RECEITA	22	4.148.395	3.605.609	80	103
CUSTOS OPERACIONAIS	23				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.147.089)	(1.075.760)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(241.458)	(189.614)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(100.444)	(62.366)	-	-
		(1.488.991)	(1.327.740)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores		(239.363)	(190.482)	-	-
Materiais		(10.124)	(5.962)	-	-
Serviços de Terceiros		(170.683)	(123.066)	-	-
Depreciação e Amortização		(218.468)	(215.645)	-	-
Provisões Operacionais		(41.910)	(31.052)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(49.292)	(37.993)	-	-
Custo de Construção		(275.520)	(268.185)	-	-
Outras		(31.479)	(815)	-	-
		(1.036.839)	(873.200)	-	-
CUSTO TOTAL		(2.525.830)	(2.200.940)	-	-
LUCRO BRUTO		1.622.565	1.404.669	80	103
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com Vendas		(48.939)	(10.016)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(255.496)	(236.167)	(27.061)	(19.706)
Outras Despesas Operacionais		(114.797)	(99.024)	(6.727)	(9.695)
		(419.232)	(345.207)	(33.788)	(29.401)
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Resultado Financeiro e Impostos		1.203.333	1.059.462	(33.708)	(29.298)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(802)	-	662.163	556.552
Receitas Financeiras	24	226.132	180.523	42.721	24.164
Despesas Financeiras	24	(488.212)	(463.342)	(44.250)	(28.130)
Resultado antes dos Impostos		940.451	776.643	626.926	523.288
Imposto de Renda e Contribuição Social	8b	(383.789)	(231.091)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	74.726	(19.401)	4.462	2.863
RESULTADO DO PERÍODO		631.388	526.151	631.388	526.151
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial		0,93	0,77	0,93	0,77
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária		0,93	0,77	0,93	0,77

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2012	31/03/2011
RESULTADO DO PERÍODO	631.388	526.151
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(2.011)	(29)
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	(155)	1.291
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	53	(439)
	(102)	852
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	629.275	526.974

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes Acumulados de Conversão	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido Atribuível aos Controladores
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.412.073	3.953.850	2.873.253	1.210.605	(772)	-	27.124	11.476.133
Resultado do período	-	-	-	-	-	526.151	-	526.151
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(29)	-	-	(29)
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	852	-	-	-	852
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	852	(29)	526.151	-	526.974
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(46.871)	-	46.871	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011	3.412.073	3.953.850	2.873.253	1.164.586	(801)	573.022	27.124	12.003.107
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.412.073	3.953.850	3.292.871	1.080.800	5.354	-	-	11.744.948
Resultado do período	-	-	-	-	-	631.388	-	631.388
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(2.011)	-	-	(2.011)
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(102)	-	-	-	(102)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(102)	(2.011)	631.388	-	629.275
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(45.899)	-	45.899	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012	3.412.073	3.953.850	3.292.871	1.034.799	3.343	677.287	-	12.374.223

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	631.388	526.151	631.388	526.151
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	(74.726)	19.401	(4.462)	(2.863)
Depreciação e Amortização	237.551	232.797	87	89
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	5.080	84	1	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	802	-	(662.163)	(556.552)
Juros e Variações Monetárias	(156.476)	(122.481)	(20.326)	(14.499)
Provisões para Perdas Operacionais	8.718	34.398	6.430	5.522
Obrigações Pós-emprego	71.804	63.225	3.766	3.700
Outros	-	58.812	-	1.569
	724.141	812.387	(45.279)	(36.883)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(9.199)	(143.396)	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	96.329	67.399	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	(130.949)	(86.226)	(2.416)	-
Tributos Compensáveis	(16.859)	9.460	(791)	11.132
Concessionários – Transporte de energia	(32.489)	(11.205)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(13.397)	(109.679)	(2.089)	(7.208)
Ativos financeiros	303.795	160.559	-	-
Dividendos recebidos de controladas	-	-	46.084	66.895
Outros	(133.616)	(15.794)	24.640	(37.941)
	63.615	(128.882)	65.428	32.878
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(101.800)	(16.099)	(3.857)	3.499
Impostos, Taxas e Contribuições	54.745	85.932	(15.025)	(12.176)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	290.477	116.671	-	-
Salários e Contribuições Sociais	(31.035)	(40.584)	(4.038)	(4.292)
Encargos Regulatórios	(534)	8.302	-	-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	(31.816)	55.414	29.956	11.614
Obrigações Pós-emprego	(63.470)	(45.971)	(2.471)	(2.536)
Outros	33.758	(93.457)	(6.885)	(5.486)
	150.325	70.208	(2.320)	(9.377)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	938.081	753.713	17.829	(13.382)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	(20.089)	-	-	-
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(652.658)	(528.073)	(151.862)	(1.000)
Em Ativos Financeiros	(30.896)	(30.896)	-	-
Em Imobilizado	(136.077)	(207.029)	-	(78)
Em Intangível	(343.341)	(209.917)	-	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILISADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.183.061)	(975.915)	(151.862)	(1.078)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos e Debêntures Obtidos	2.413.640	325.061	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(2.786.725)	(349.310)	-	-
Aporte em FIDC	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(9.681)	-	(9.682)	823
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILISADO) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(382.766)	(24.249)	(9.682)	823
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(627.746)	(246.451)	(143.715)	(13.637)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	2.862.490	2.979.693	226.695	302.741
No fim do exercício	2.234.744	2.733.242	82.980	289.104
	(627.746)	(246.451)	(143.715)	(13.637)

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	31/3/2012		31/3/2011 Reclassificado		31/3/2012		31/3/2011	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	5.787.721		4.984.309		80		103	
Receita de Construção	276.486		268.951		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(40.215)		(27.281)		-		-	
	<u>6.023.992</u>		<u>5.225.979</u>		<u>80</u>		<u>103</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.147.089)		(1.075.760)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(241.458)		(189.614)		-		-	
Serviços de Terceiros	(253.106)		(214.649)		(3.084)		(960)	
Gás Comprado para Revenda	(100.444)		(62.366)		-		-	
Materiais	(15.285)		(18.340)		(21)		(55)	
Custo de construção	(275.520)		(268.185)		-		-	
Outros Custos Operacionais	(103.156)		(45.207)		(12.071)		(14.658)	
	<u>(2.136.058)</u>		<u>(1.874.121)</u>		<u>(15.176)</u>		<u>(15.673)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.887.934		3.351.858		(15.096)		(15.570)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(237.551)		(232.797)		(87)		(89)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	3.650.383		3.119.061		(15.183)		(15.659)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(802)		-		662.163		556.552	
Receitas Financeiras	226.132		180.534		42.721		24.164	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.875.713		3.299.595		689.701		565.057	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Empregados	384.085	9,92	295.644	8,96	15.484	2,25	10.954	1,95
Remuneração direta	258.428	6,67	192.863	5,85	9.190	1,33	3.658	0,65
Benefícios	88.842	2,29	80.527	2,44	5.166	0,75	3.993	0,71
FGTS	16.791	0,43	15.308	0,46	874	0,13	803	0,14
Outras	20.024	0,53	6.946	0,21	254	0,04	2.500	0,45
Impostos, Taxas e Contribuições	2.346.316	60,53	1.994.406	60,44	(1.609)	(0,23)	(375)	(0,07)
Federais	1.376.319	35,51	1.138.187	34,49	(1.717)	(0,25)	(432)	(0,08)
Estaduais	965.567	24,91	853.203	25,86	52	0,01	5	-
Municipais	4.430	0,11	3.016	0,09	56	0,01	52	0,01
Remuneração de Capitais de Terceiros	513.924	13,26	483.394	14,65	44.438	6,43	28.327	5,01
Juros	488.213	12,60	463.342	14,04	44.250	6,40	28.130	4,98
Aluguéis	25.711	0,66	20.052	0,61	188	0,03	197	0,03
Remuneração de Capitais Próprios	631.388	16,29	526.151	15,95	631.388	91,55	526.151	93,12
Lucros Acumulados	631.388	16,29	526.151	15,95	631.388	91,55	526.151	93,12
	<u>3.875.713</u>	<u>100,00</u>	<u>3.299.595</u>	<u>100,00</u>	<u>689.701</u>	<u>100,00</u>	<u>565.057</u>	<u>100,00</u>

Ver nota explicativa 28 para maiores informações sobre a DVA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 31 DE MARÇO DE 2012

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Cemig possui participação societária nas seguintes Controladas, Controladas em Conjunto, em operação, em 31 de março de 2012:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) (Controlada) subsidiária integral de capital aberto que possui 52 usinas, sendo 46 usinas hidrelétricas, 4 eólicas e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A Cemig Geração e Transmissão possui participação societária nas seguintes Controladas, Controladas em Conjunto:
 - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operação em 2009;
 - Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 Estados do País. A Taesa possui as seguintes sociedades, por ela controlada: ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”), Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”), Abengoa Participações S.A, União de Transmissoras de Energia Elétrica (“UNISA”) e Nordeste Transmissora de Energia S.A (“NTE”);

- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;

- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010;

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. A transmissora entrou em operação em junho de 2011;

Controladas e Controladas em conjunto da Cemig Geração e Transmissão em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas em Dores de Guanhães e Pequena Central Hidrelétrica Fortuna II, localizada em Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. A previsão de início de operação da primeira turbina é para outubro de 2013;

- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e previsão de início de operação comercial em 2012. A Madeira tem apurado prejuízos nos últimos exercícios em função de estar em período pré-operacional e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$1.396.217 (R\$1.393.790 no Consolidado), com efeito proporcional na Cemig Geração e Transmissão de R\$139.379, em 31 de março de 2012, decorrente principalmente do vencimento de parte do saldo das debêntures em 30 de setembro de 2012. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Madeira conta com os aportes de recursos dos seus acionistas, estimados em R\$2.301.000 para o exercício de 2012, para fazer face as suas obrigações de curto prazo. Também vem apresentando gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da usina, os quais, de acordo com as projeções financeiras, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. O montante constituído de ativo imobilizado, em 31 de março de 2012, com os referidos gastos de R\$12.243.585 (R\$1.224.359 proporcional à Cemig Geração e Transmissão) terá sua realização iniciada quando do início das operações, de acordo com as expectativas da Administração;

- Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. Previsão de entrada em operação no primeiro semestre de 2012;

- Amazônia Energia Participações S.A (“Amazônia”) (controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig Geração e Transmissão e a Light, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A., empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”). A Cemig Geração e Transmissão detém 74,5% da Amazônia Energia enquanto a Light detém 25,5% e a previsão de início de operação da primeira turbina é para fevereiro de 2015.

- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D” ou “Cemig Distribuição”) (Controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais;

■ Light S.A. (“Light”) (Controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light possui as seguintes empresas Controladas e Controladas em Conjunto:

- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;

- Light Energia S.A. (“Light Energia”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividades principais: estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda, Central Eólica Fontainha Ltda e Renova Energia S.A.;

- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (Controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia;

- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (Controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica;

- Lightger S.A. (“Light Ger”) - Empresa em fase pré-operacional, para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Light Ger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão (49%). Previsão de entrada em operação no primeiro semestre de 2012;

- Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções”) antiga Lighthidro passou a ter a nova denominação de acordo com o contrato social datado em 27 de janeiro de 2011, que tem como atividade principal a prestação de serviço aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral;

- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (Controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades;

- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (Controlada) - Tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia;

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%).

- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;

- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (Controlada) - Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS;

- Companhia de Gás de Minas Gerais (“Gasmig”) (Controlada em conjunto) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;

- Cemig Telecomunicações S.A. - Cemig Telecom (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (Controlada) - Prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multisserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center (“Ativas”) (Controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações;

- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (Controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (Controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia;
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (Controlada em conjunto) - Operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé;
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora;
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí;

- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo linha de transmissão no Estado do Pará. A ETEP constituiu a Controlada, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE, com participação de 100%;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de duas linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linha de transmissão no Estado do Pará;
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A EATE possui participação nas seguintes Transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.- (“EBTE”) (Controlada em Conjunto); Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – (“STC”) (Controlada) e Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. – (“Lumitrans”) (Controlada);
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linhas de transmissão no Estado de Santa Catarina;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);
- Transchile Charrua Transmisión S.A. (“Transchile”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010;
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010;

- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (Controlada em conjunto) – Participação no Capital de outras Sociedades, Comerciais ou Cíveis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati detém 6,42% de participação na Light;
- Cemig Serviços S.A. (“Cemig Serviços”) (Controlada) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços, relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes;

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 06 de março de 2012 e arquivadas na CVM em 28 de março de 2012.

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Informações Contábeis Intermediárias separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Informações Contábeis individuais. Assim sendo, as Informações Trimestrais - ITRs consolidadas da Companhia e as Informações Trimestrais - ITRs individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Informações Contábeis.

2.2. Bases de mensuração

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Informações Contábeis Intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Informações Contábeis Intermediárias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 8 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido;
- Nota 13 – Depreciação;
- Nota 14 – Amortização;
- Nota 19 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 20 – Provisões;

- Nota 22 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Nota 27 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5. Reclassificações de saldos contábeis

Conta Original			Conta de Reclassificação		
Demonstrações de Resultados	31/03/2011	31/03/2011	Demonstrações de Resultados	31/03/2011	31/03/2011
Custos e Despesas			Custos e Despesas		
Receita de Construção	-	-	Receita de Construção	219.022	-
Custo de Construção	-	-	Custo de Construção	(219.022)	-
	-	-		-	-
Pessoal e Administradores	38.332	-		-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	23.022	-		-	-
Obrigações Pós-Emprego	30.888	-		-	-
Materiais	5.697	-		-	-
Serviços de Terceiros	41.345	-	Despesas Gerais e Administrativas	(95.946)	-
Depreciação e Amortização	10.572	-	Outras Despesas Operacionais	(53.910)	-
	149.856	-		(149.856)	-
Receitas Financeiras			Despesas Financeiras		
Ganhos com Instrumentos Financeiros	(23.254)	-	Perdas com Instrumentos Financeiros	23.254	-
Demonstração do Valor Adicionado	31/03/2011	31/03/2011	Demonstração do Valor Adicionado	31/03/2011	31/03/2011
Receitas			Insumos Adquiridos de Terceiros		
Venda de Energia, Gás e Serviços	(49.928)	-	Outros Custos Operacionais	49.162	-
Receitas			Receitas		
Receita de Construção	-	-	Receita de Construção	268.951	-
Insumos Adquiridos de Terceiros			Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo de Construção	-	-	Custo de Construção	(268.185)	-
Valor Adicionado Recebido em Transferência			Remuneração de Capitais de Terceiros		
Receitas Financeiras	(23.254)	-	Juros	23.254	-

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- Participação dos Empregados e Administradores no Resultado: apresentada como um item dos custos operacionais em 2011 que foi reclassificada para outras despesas operacionais em função de se tratar de uma distribuição de resultados baseada em metas corporativas gerais, definidas em Acordo Coletivo de Trabalho específico;
- Resultado Financeiro: apresentados os resultados dos instrumentos financeiros pelo seu valor líquido, se ganho ou perda no período;
- Ativo Financeiro: reclassificação de receita de ativo financeiro entre atividades operacionais e de investimentos para melhor apresentação;
- Receita e Custo de Construção: apresentados pelo valor líquido nas Demonstrações de Resultados e Demonstrações do Valor Adicionado no primeiro trimestre de 2011, foram segregados para permitir a avaliação dos seus montantes e seus respectivos impactos nas receitas e despesas operacionais;

Os demais itens foram reclassificados para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

2.6. Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

As informações referentes aos Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas ainda não adotados pela companhia não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.6 letra t às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Informações Contábeis Intermediárias das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1 Demonstrações Contábeis consolidadas.

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, cujas Informações Contábeis Intermediárias são regularmente revisadas/auditadas, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

(a) Controladas e controladas em conjunto

As Informações Contábeis Intermediárias de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas Informações Trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

O controle conjunto da Companhia é estabelecido por meio de acordo de acionistas, previamente assinado, cujas decisões estratégicas, financeiras e operacionais são tomadas com consentimento unânime entre as partes.

Em algumas companhias controladas em conjunto a Cemig tem mais de 50% do poder de voto, entretanto, existem acordos de acionistas que dão aos acionistas minoritários direitos relevantes que representam o compartilhamento de controle.

(b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Informações Trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas Informações Contábeis Intermediárias das controladas e controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

As Informações Contábeis Intermediárias da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas de Dólares norte-americanos (moeda funcional da Transchile) para Reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da Cemig é o Real. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no Patrimônio Líquido. Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 Efeitos das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Contábeis, tais diferenças têm sido reconhecidas em Ajustes Acumulados de Conversão

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada ou controlada em conjunto:

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	31/03/2012		31/12/2011	
		Participação Direta (%)	Participação Direta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas e Controladas em Conjunto					
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100	-	100	-
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100	-	100
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49	-	49
Guanhães Energia	Proporcional	-	49	-	49
Madeira Energia	Proporcional	-	10	-	10
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49	-	49
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	49	-	49
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49	-	49
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49	-	49
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49	-	49
Taesá	Proporcional	-	56,69	-	56,69
Light Ger	Proporcional	-	49	-	49
Amazônia Energia Participações	Proporcional	-	-	-	-
Cemig Distribuição	Integral	100	-	100	-
Cemig Telecom	Integral	100	-	100	-
Ativas Data Center	Proporcional	-	49	-	49
Rosal Energia	Integral	100	-	100	-
Sá Carvalho	Integral	100	-	100	-
Horizontes Energia	Integral	100	-	100	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100	-	100	-
Cemig PCH	Integral	100	-	100	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100	-	100	-
Cemig Trading	Integral	100	-	100	-
Efficientia	Integral	100	-	100	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100	-	100	-
UTE Barreiro	Integral	100	-	100	-
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Integral	100	-	100	-
Cemig Serviços	Integral	100	-	100	-
Gasmig	Proporcional	55,19	-	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25	-	25	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24	-	24	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,5	-	24,5	-
Light	Proporcional	26,06	-	26,06	-
Light SESA	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Energia	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Esco	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Ger	Integral	-	13,29	-	13,29
Light Soluções em Eletricidade	Integral	-	26,06	-	26,06
Instituto Light	Integral	-	26,06	-	26,06
Itaocara Energia	Integral	-	26,06	-	26,06
Lightcom	Integral	-	26,06	-	26,06
Axxiom	Proporcional	-	13,29	-	13,29
Transchile	Proporcional	49	-	49	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51	-	51	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	Proporcional	49,98	-	49,98	-
Sistema de Transmissão Catarinense – STC	Integral	-	30,82	-	30,82
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica	Integral	-	30,82	-	30,82
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	19,65	-	19,65
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	Proporcional	49,98	-	49,98	-
Empresa Santos Dumont Energia – ESDE	Integral	-	49,98	-	49,98
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	Proporcional	49,99	-	49,99	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	Proporcional	49,99	-	49,99	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	Proporcional	19,09	-	19,09	-
Axxiom	Proporcional	49	-	49	-
Parati	Proporcional	25	-	25	-

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Contas Bancárias	143.462	157.890	9.696	6.664
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.850.598	2.345.877	68.288	191.004
Letras Financeiras do Tesouro	40.848	63.868	324	4.922
Notas do Tesouro Nacional	36.114	26.413	-	1.603
Letras Financeiras - Bancos	-	176.510	-	18.364
Outros	163.722	91.932	4.672	4.138
	2.091.282	2.704.600	73.284	220.031
	2.234.744	2.862.490	82.980	226.695

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de Mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, que varia entre 100% a 110%, conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se as aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 90 dias.

	Consolidado		Controladora	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	784.524	358.987	279.483	180.000
Letras Financeiras - Bancos	6.816	-	1.072	-
Outros	21.628	-	5.700	-
	812.968	358.987	286.255	180.000
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	14.703	-	643	-
Letras Financeiras - Bancos	174.168	-	41.248	-
Outros	9.806	-	3.716	-
	198.677	-	45.607	-
	1.011.645	358.987	331.862	180.000

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Fornecimento Faturado	2.246.654	2.301.156	24.254	25.378
Fornecimento não Faturado	823.217	848.171	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	295.616	205.636	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(611.974)	(646.647)	(24.254)	(25.378)
	2.753.513	2.708.316	-	-
Ativo Circulante	2.588.739	2.549.546	-	-
Ativo não Circulante	164.774	158.770	-	-

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº26.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Circulante				
ICMS a Recuperar	152.559	153.306	3.423	3.843
PIS-PASEP	51.686	32.828	2	-
COFINS	136.988	156.852	68.130	67.342
Outros	15.436	11.140	1.386	1.385
	356.669	354.126	72.941	72.570
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	254.757	243.029	4.754	4.334
PIS-PASEP/COFINS	87.507	84.919	-	-
	342.264	327.948	4.754	4.334
	698.933	682.074	77.695	76.904

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2012.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2012 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurado para o ano de 2012, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Circulante				
Imposto de Renda	254.261	171.294	-	-
Contribuição Social	90.108	49.466	-	-
	<u>344.369</u>	<u>220.760</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Circulante				
Imposto de Renda	26.223	21.223	19.593	17.211
Contribuição Social	4.722	2.382	2.371	2.337
	<u>30.945</u>	<u>23.605</u>	<u>21.964</u>	<u>19.548</u>
	<u>375.314</u>	<u>244.365</u>	<u>21.964</u>	<u>19.548</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	617.383	631.801	338.540	337.861
Provisões	156.250	141.921	58.078	55.697
Obrigações Pós-Emprego	375.061	369.306	20.370	19.807
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	210.369	211.928	8.247	8.629
Ágio na incorporação de controlada	83.650	87.835	-	-
Instrumentos Financeiros	77.397	59.421	-	-
Variação Cambial	128.378	127.768	-	-
Tributos com exigibilidade suspensa	180.619	180.623	-	-
Concessão Onerosa	61.079	61.941	-	-
Outros	154.349	163.543	3.675	2.455
	<u>2.044.535</u>	<u>2.036.087</u>	<u>428.910</u>	<u>424.449</u>

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 15 de março de 2012, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido, em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável, que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

Conforme as estimativas individuais da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 31 de março de 2012, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2012	427.933	64.651
2013	559.204	56.566
2014	365.579	46.530
2015	369.859	50.808
2016 a 2017	126.716	88.837
2018 a 2019	106.202	69.340
2020 e 2021	89.042	52.178
	2.044.535	428.910

Os efeitos fiscais diferidos passivos encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 18 das Informações Contábeis Intermediárias consolidadas.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	940.451	776.642	626.926	523.288
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(319.754)	(264.056)	(213.155)	(177.918)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(215)	-	225.135	187.189
Contribuições e Doações Indedutíveis	(641)	(628)	(3)	(2)
Incentivo Fiscal	2.753	1.514	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(4.115)	(2.798)	(4.307)	(2.996)
Amortização de Ágio	(2.609)	(2.988)	(2.955)	(3.267)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	-	1.104	-	-
Outros	15.518	17.360	(253)	(143)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(309.063)	(250.492)	4.462	2.863
Alíquota Efetiva	32,86%	32,25%	(0,71%)	(0,55%)
Imposto Corrente	(383.789)	(231.091)	-	-
Imposto Diferido	74.726	(19.401)	4.462	2.863

Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa

O Ministério de Integração Nacional por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu Laudo Constitutivo nº 169/2004 e Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à parte das controladas da Taesa o benefício fiscal relativo à redução de 75% do Imposto de Renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada. Tal benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Nordeste-Sudeste de 84,48%, sendo este o percentual da linha que se encontra no Estado da Bahia, fazendo parte da área incentivada pela SUDENE.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Trabalhista	210.468	206.971	23.607	24.389
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	14.774	14.010	-	-
ITCD	125.889	115.918	125.450	115.918
PASEP/COFINS	718.821	719.470	-	-
Outros	37.888	59.209	34.668	34.696
Outros	293.268	272.133	94.085	100.718
	1.401.108	1.387.711	277.810	275.721

A Companhia efetuou no mês de março de 2012 o registro contábil da atualização de crédito tributário no valor de R\$9.532, referente a juros calculados sobre montante de R\$48.412 de ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) a ser restituído, em função da decisão transitada em julgado favorável à Cemig na Ação de Embargos à Execução, cujo montante integral em 31 de março de 2012, perfaz o valor de R\$125.450.

Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16.

10. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de março de 2012 a R\$5.632.019 (R\$ 5.580.195 em 31 de dezembro de 2011).

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª no valor de R\$106.145 a valores de 31 de Março de 2012.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de março de 2012, já haviam sido amortizadas de forma antecipada, as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2012.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente sendo as principais conforme segue:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a Cemig aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da Cemig, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela Cemig.

As quotas subordinadas foram subscritas pela Cemig e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A composição do FIDC é como segue:

	31/03/2012	31/12/2011
Quotas seniores de propriedade de terceiros	746.899	819.997
Quotas subordinadas de propriedade da Cemig	1.030.406	1.001.179
Dividendos retidos pelo Fundo	-	8.899
TOTAL	1.777.305	1.830.075

A movimentação do FIDC no primeiro trimestre de 2012 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.830.075
Atualização monetária das quotas seniores	23.232
Atualização monetária das quotas subordinadas	20.327
Amortização das quotas seniores	(96.329)
Saldo em 31 de março de 2012	1.777.305

A Cemig efetuou pagamento de dividendos, em 21 de dezembro de 2011, sendo utilizados para amortização de parte das cotas seniores R\$86.617. Adicionalmente, a Companhia aportou R\$9.712 ao fundo para complementar o valor necessário ao resgate das cotas seniores e outras despesas operacionais do FIDC. A amortização de R\$94.185 das cotas seniores somente foi efetivada em janeiro de 2012.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela Cemig de quitação das quotas seniores, caso os Dividendos, devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as Demonstrações Contábeis Consolidadas apresentam o saldo do FIDC, integralmente registrado na Cemig, sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com Empréstimos e Financiamentos no Passivo Circulante e não Circulante. Da mesma forma, na Consolidação, a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma Receita Financeira e, em contrapartida, foi registrado, como Encargos de Dívida, o valor da atualização monetária das quotas seniores.

d) Negociação para quitação antecipada da CRC

A Companhia informou no dia 9 de novembro de 2011 aos seus acionistas e ao mercado em geral que se encontra em tratativas com o Governo do Estado de Minas Gerais para liquidação antecipada do CRC. A negociação em andamento, depois de concluída, deverá, ainda, ser submetida à aprovação dos órgãos reguladores competentes, não sendo ainda possível mensurar os efeitos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição, transmissão, gás e geração eólica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, que trata de contabilidade de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Concessões de Distribuição	3.859.737	3.331.311
Concessões de Gás	306.507	304.616
Concessões de Transmissão novas	5.482.814	5.503.592
Concessões de Transmissão antigas	770.414	758.338
	10.419.472	9.897.857
Ativo Circulante	891.785	1.120.035
Ativo não Circulante	9.527.687	8.777.822

Para as concessões de transmissão novas, a taxa considerada para a remuneração do ativo financeiro varia entre 7,8% e 14,48%, em conformidade às características especificadas de cada concessão e suas datas de investimento.

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controladora	
	31/03/2012	31/12/2011
Cemig Geração e Transmissão	5.441.097	5.086.076
Cemig Distribuição	2.809.660	2.656.463
Light	876.074	839.570
Cemig Telecom	284.069	287.909
Gasmig	456.728	444.991
Rosal Energia	147.829	142.099
Sá Carvalho	130.564	123.571
Horizontes Energia	77.400	73.203
Usina Térmica Ipatinga	40.354	37.577
Cemig PCH	98.838	95.228
Cemig Capim Branco Energia	53.375	42.592
Companhia Transleste de Transmissão	23.289	24.020
UTE Barreiro	25.327	23.034
Companhia Transudeste de Transmissão	12.807	13.150
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	8.600	239
Companhia Transirapé de Transmissão	10.400	10.525
Transchile	40.849	42.850
Efficientia	13.432	11.334
Central Termelétrica de Cogeração	6.455	6.348
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	22.865	20.912
Cemig Trading	21.097	13.008
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	87.341	87.172
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	182.150	181.391
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	35.679	40.974
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	423.578	421.094
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	23.140	23.705
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.526	4.253
Cemig Serviços	2.367	2.310
Parati	366.360	358.459
Gasmig (investimento em curso)	67.223	67.223
	11.793.473	11.181.280
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	15.195	16.577
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	44.450	45.031
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	124.312	125.820
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	32.068	32.458
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	248.221	251.465
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	20.995	21.278
Ágio na Aquisição de Participação na Light	315.023	320.614
	800.264	813.243
	12.593.737	11.994.523

- a) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2012			Janeiro a março de 2012	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	5.441.097	-	355.034
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.809.660	-	153.197
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.361.436	323	138.789
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	284.069	-	971
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	147.829	-	5.730
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	130.564	-	6.993
Gasmig	409.255.483	55,19	643.780	827.517	-	21.266
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	77.400	-	4.197
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	40.354	-	2.777
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	98.838	-	3.610
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	53.375	-	10.783
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	93.154	4.218	5.343
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	25.327	-	2.293
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	53.363	4.496	3.071
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	8.600	-	(339)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	42.451	3.237	2.731
Transchile	56.407.271	49,00	113.784	83.365	-	216
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	13.432	-	2.098
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	6.455	-	118
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	44.833	-	2.022
Cemig Trading	160.297	100,00	160	21.097	-	8.089
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	49,98	89.390	174.736	10.639	10.977
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	49,99	160.337	364.381	24.686	26.206
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	36.940.800	49,99	36.941	71.377	15.134	4.541
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	49,98	355.697	847.454	51.818	55.532
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	19,09	42.095	121.198	11.403	8.443
Axxiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	49,00	9.200	9.236	-	556
Cemig Serviços	5.100.000	100,00	5.100	2.367	-	57
Parati	1.432.910.000	25,00	1.432.910	1.465.440	3.424	32.335

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2011			Janeiro a março de 2011	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	5.297.872	-	246.375
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.520.498	-	143.599
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.496.469	-	166.525
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	295.659	-	6.881
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	141.492	1.787	5.737
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	127.972	-	6.129
GASMIG	409.255.483	55,19	643.780	841.742	-	37.209
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	73.550	-	3.533
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	39.564	-	2.699
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	96.656	939	4.450
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	43.768	-	8.971
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	100.264	1.392	5.494
UTE Barreiro	23.328.000	100,00	30.902	15.409	-	(140)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	57.236	775	3.250
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	83.129	26.927	1.766
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	45.045	510	2.892
Transchile	47.233.672	49,00	68.902	59.834	-	941
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	9.910	-	966
Central Termelétrica de Cogeração	5.001.000	100,00	5.001	6.470	-	189
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	37.424	-	2.224
Cemig Trading	160.297	100,00	160	16.751	-	9.334
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	41,96	82.544	163.804	-	11.389
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	49,99	145.663	339.272	27.531	27.635
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	49,99	23.400	66.529	-	6.683
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	38,53	323.579	798.477	48.923	60.931
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	19,09	42.095	124.833	-	9.215
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	9.200	6.815	-	297
Cemig Serviços	100.000	100,00	5.100	5.117	-	72

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	31/12/2011	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	31/03/2012
Cemig Geração e Transmissão	5.086.076	355.034	-	-	(13)	5.441.097
Cemig Distribuição	2.656.463	153.197	-	-	-	2.809.660
Cemig Telecom	287.909	(3.840)	-	-	-	284.069
Rosal Energia	142.099	5.730	-	-	-	147.829
Sá Carvalho	123.571	6.993	-	-	-	130.564
GASMIG	512.214	11.737	-	-	-	523.951
Horizontes Energia	73.203	4.197	-	-	-	77.400
Usina Térmica Ipatinga	37.577	2.777	-	-	-	40.354
Cemig PCH	95.228	3.610	-	-	-	98.838
Cemig Capim Branco Energia	42.592	10.783	-	-	-	53.375
Companhia Transleste de Transmissão	24.020	1.336	-	(2.067)	-	23.289
UTE Barreiro	23.034	2.293	-	-	-	25.327
Companhia Transudeste de Transmissão	13.150	737	-	(1.080)	-	12.807
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	239	(339)	-	-	8.700	8.600
Companhia Transirapé de Transmissão	10.525	669	-	(794)	-	10.400
Transchile	42.850	96	-	-	(2.097)	40.849
Efficientia	11.334	2.098	-	-	-	13.432
Central Termelétrica de Cogeração	6.348	118	-	-	(11)	6.455
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.912	1.031	-	-	922	22.865
Light	839.570	36.504	-	-	-	876.074
Cemig Trading	13.008	8.089	-	-	-	21.097
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	87.172	5.487	-	(5.318)	-	87.341
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	181.391	13.099	-	(12.340)	-	182.150
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	40.974	2.270	-	(7.565)	-	35.679
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	421.094	27.756	-	(25.272)	-	423.578
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	23.705	1.612	-	(2.177)	-	23.140
Axiom Soluções Tecnológicas	4.253	273	-	-	-	4.526
Cemig Serviços	2.310	57	-	-	-	2.367
Parati	358.459	8.759	-	(858)	-	366.360
	11.181.280	662.163	-	(57.471)	7.501	11.793.473

b) Menos valia de ativos na aquisição de participação

Foi apurada na 1ª aquisição da Light, uma menos valia da concessão correspondente à diferença entre o valor pago em 2006 pela aquisição de participação e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$91.240. Essa menos valia da concessão decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizada de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente da menos valia da concessão é de R\$65.724 em 31 de março de 2012 (R\$66.883 em 31 de dezembro de 2011).

c) Mais valia de ativos nas aquisições de participações

A mais valia de ativos nas aquisições das participações das empresas adquiridas pela Companhia corresponde à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas e controladas em conjunto, decorrente da mais valia das concessões (Intangível) e do Ativo Financeiro da Concessão. A amortização da mais valia desses ativos, que possuem vida útil definida, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

d) Aquisição complementar de participação na Gasmig

O Conselho de Administração autorizou, em 27 de dezembro de 2011, a aquisição de ações preferenciais nominativas, representativas de 4,38% do capital total da Gasmig, pertencentes ao Governo do Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$67.223, correspondente a um preço por ação de aproximadamente R\$3,75, a ser ajustado ao valor de um Laudo de Avaliação Independente, que será elaborado por instituição especializada, a ser escolhida e contratada pela Cemig.

A aquisição estará condicionada, ainda, à conclusão perfeita e completa da transferência da participação acionária na Gasmig, atualmente em nome da MGI-Minas Gerais Participações S.A., para o Estado, de modo a inexistir qualquer ônus sobre essa transação para a Cemig.

e) Aquisição da Gás Brasileiro Distribuidora

A Companhia e a Gaspetro assinaram, em 9 de fevereiro de 2012, um acordo de investimentos, no qual a Cemig passará a deter 40% da Gás Brasileiro Distribuidora (GBD). A Gaspetro, controlada pela Petrobras, detinha 100% de participação na GBD. O acordo prevê a realização de novos investimentos na Gás Brasileiro. Além disso, a implementação do acordo, assim como a execução dos contratos resultantes, está sujeita a aprovação dos órgãos reguladores competentes. A conclusão da operação e a efetiva entrada da Cemig na sociedade estão previstas para ocorrer ainda durante o ano de 2012.

f) Light compra participação de 51% em 4 PCHs em Minas Gerais

A Light anunciou em 10 de fevereiro de 2012, que fechou a compra de 51% do capital da Guanhães Energia por R\$25.000 passando a ser sócia da Cemig Geração e Transmissão, que detém 49,00% das ações. O investimento total estimado na construção das PCHs é de R\$269.200, dos quais R\$118.000 correspondem ao aporte de capital próprio dos acionistas da Guanhães. A Light deverá aportar R\$60.200.

A conclusão do negócio está condicionada à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica e será submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A Light, que comprou a participação da Investminas Participações, será sócia da Cemig Geração e Transmissão, que tem 49% da Guanhães.

g) Light constitui consórcio para usina solar no Maracanã

A Light anunciou em 10 de fevereiro de 2012, que aprovou a constituição de um consórcio entre a sua controlada Light Esco e a EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Elétrica Ltda. (“EDF Consultoria”), com participações de 51% e 49%, respectivamente, para o desenvolvimento, construção e operação de uma usina fotovoltaica, com capacidade de 391 kW, a ser instalada na cobertura do estádio do Maracanã. O investimento total estimado para o projeto é de R\$7.000 e a energia gerada será comercializada no mercado livre. Após a recuperação do capital investido, a Light Esco e a EDF Consultoria doarão os ativos da usina para o Estado do Rio de Janeiro. A conclusão da obra está prevista até dezembro de 2012.

13. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	19.047.719	(12.104.279)	6.943.440	19.052.126	(12.022.438)	7.029.688
Terrenos	424.728	-	424.728	424.728	-	424.728
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.991.673	(5.069.918)	2.921.755	7.990.344	(5.035.301)	2.955.043
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.321.891	(1.572.965)	748.926	2.319.093	(1.560.550)	758.543
Máquinas e Equipamentos	8.227.925	(5.398.678)	2.829.247	8.233.445	(5.362.640)	2.870.805
Veículos	22.831	(14.254)	8.577	25.775	(16.017)	9.758
Móveis e Utensílios	58.671	(48.464)	10.207	58.741	(47.930)	10.811
Em Curso	1.748.758	-	1.748.758	1.632.103	-	1.632.103
Ativos em Formação	1.748.758	-	1.748.758	1.632.103	-	1.632.103
Imobilizado Líquido - Consolidado	20.796.477	(12.104.279)	8.692.198	20.684.229	(12.022.438)	8.661.791

Mutação do Imobilizado

Consolidado	Saldo em 31/12/2011	Adição /Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2012
Em Serviço	7.029.688	19.422	(2.389)	(103.281)	6.943.440
Terrenos	424.728	-	-	-	424.728
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.955.043	1.375	-	(34.663)	2.921.755
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	758.543	2.950	(10)	(12.557)	748.926
Máquinas e Equipamentos	2.870.805	15.075	(1.781)	(54.852)	2.829.247
Veículos	9.758	(35)	(598)	(548)	8.577
Móveis e Utensílios	10.811	57	-	(661)	10.207
Em Curso	1.632.103	116.655	-	-	1.748.758
Imobilizado Líquido - Consolidado	8.661.791	136.077	(2.389)	(103.281)	8.692.198

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão prevêem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

Em 07 de fevereiro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 474, estabeleceu as novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico com base na revisão da vida útil dos ativos, com aplicação a partir de 01 de janeiro de 2012.

A taxa de depreciação média anual é de 2,53%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,54%
Termelétricas	4,09%
Administração e outras	9,53%
Telecomunicações	7,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

Alguns terrenos e edificações da Companhia, registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$838 em 31 de março de 2012 (R\$850 em 31 de dezembro de 2011).

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Intangível e Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008, da Companhia da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	31/03/2012	31/12/2011
Em serviço:				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.715	38.715
Usina Igarapava	14,50%	2,58	57.030	57.017
Usina de Funil	49,00%	2,55	183.124	183.124
Usina de Queimado	82,50%	2,62	208.618	208.618
Usina de Aimorés	49,00%	2,62	551.310	551.310
Usina de Baguari	34,00%	2,56	181.416	181.416
Consórcio Capim Branco Energia S.A.	21,05%	2,60	56.240	56.240
Depreciação acumulada			(211.296)	(193.372)
Total em operação			1.065.157	1.083.068
Em curso:				
Usina de Baguari			75	75
Usina de Queimado	82,50%		3.388	3.388
Usina de Funil	49,00%		-	-
Usina de Aimorés	49,00%		700	700
Usina Igarapava	14,50%		448	461
Usina Porto Estrela	33,33%		119	119
Consórcio Capim Branco Energia S.A.			1.804	1.083
Total em construção			6.534	5.826
Total de Consórcios - Consolidado			1.071.691	1.088.894

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II.	VALE S.A.	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras LTDA.	17,89
	Votorantin Metais e Zinco S.A.	12,63

Custo Atribuído dos Ativos de Geração

A Companhia, em atendimento a Interpretação Técnica ICPC 10 – Ativo Imobilizado, efetuou a nova avaliação dos seus ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 01 de janeiro de 2009. Não foi alterada a vida útil dos ativos, tendo em vista que são estimadas e definidas pela ANEEL, e refletem a vida útil estimada para os ativos.

A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro em conta específica do Patrimônio Líquido de cada uma das controladas em conta denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”, com o ajuste também reflexo no Patrimônio líquido da Companhia.

Bens Totalmente Depreciados

A Cemig Geração e Transmissão possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de março de 2012, o valor contábil bruto de R\$3.223.941 referentes aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.

14. INTANGÍVEL

Controladora	31/03/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	13.313	(12.701)	612	13.309	(12.659)	650
Com Vida Útil Definida						
Direito de uso de softwares	3.711	(3.106)	605	3.711	(3.064)	647
Marcas e Patentes	9	(2)	7	5	(2)	3
Direito Exploração de Concessão	83	(83)	-	83	(83)	-
Cemig Telecom	9.510	(9.510)	-	9.510	(9.510)	-
Em Curso	3	-	3	7	-	7
Ativos em formação	3	-	3	7	-	7
Intangível Líquido - Controladora	13.316	(12.701)	615	13.316	(12.659)	657

Consolidado	31/03/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	10.340.092	(7.032.916)	3.307.176	10.448.490	(6.709.432)	3.739.058
Com Vida Útil Definida						
Servidão	33.633	(1.629)	32.004	34.248	(1.585)	32.663
Concessão onerosa	31.974	(9.005)	22.969	31.974	(8.742)	23.232
Direito Exploração de Concessão	10.067.430	(6.850.464)	3.216.966	10.202.921	(6.556.363)	3.646.558
Outros	207.055	(171.818)	35.237	179.347	(142.742)	36.605
Em Curso	1.537.131	-	1.537.131	1.522.123	-	1.522.123
Ativos em formação	1.537.131	-	1.537.131	1.522.123	-	1.522.123
Intangível Líquido - Consolidado	11.877.223	(7.032.916)	4.844.307	11.970.613	(6.709.432)	5.261.181

A movimentação do ativo intangível consolidado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2011	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/03/2012
Em Serviço	3.739.058	(37.333)	(2.691)	(122.947)	(268.911)	3.307.176
Com Vida Útil Definida						
- Servidão	32.663	-	-	(44)	(615)	32.004
- Concessão Onerosa	23.232	-	(1.220)	(263)	1.220	22.969
- Ativos de Concessão	3.646.558	(37.980)	(1.471)	(119.942)	(270.199)	3.216.966
- Outros	36.605	647	-	(2.698)	683	35.237
Em Curso	1.522.123	380.674	-	-	(365.666)	1.537.131
- Ativos em Formação	1.522.123	380.674	-	-	(365.666)	1.537.131
Intangível Líquido - Consolidado	5.261.181	343.341	(2.691)	(122.947)	(634.577)	4.844.307

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Bens Totalmente Amortizados

A Cemig Distribuição possui registrado em seu Ativo Intangível, em 31 de março de 2012, o valor contábil bruto de R\$1.600.567 referentes aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

Revisão de Vida Útil

Em 07 de fevereiro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 474, estabeleceu as novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas ocorreu em 1º de janeiro de 2012.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Circulante		
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica		
Eletrobrás - Energia de Itaipu	166.132	198.280
Furnas	45.887	55.464
CCEE	79.894	40.326
UTE Norte Fluminense	38.213	38.392
Leilões de Energia	65.001	63.904
Outros	384.942	364.907
	780.069	761.273
Materiais e Serviços	307.979	428.575
	1.088.048	1.189.848

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As Obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Circulante				
ICMS	348.545	329.696	18.092	18.091
COFINS	123.260	94.662	-	11.636
PASEP	27.065	20.742	-	2.526
INSS	20.147	24.641	1.666	2.130
Outros	29.454	46.812	957	1.357
	548.471	516.553	20.715	35.740
Não Circulante				
COFINS	702.217	683.332	-	-
PASEP	152.456	148.355	-	-
Outros	65.241	65.400	-	-
	919.914	897.087	-	-

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

As Obrigações Diferidas Não Circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social controladora referem-se, substancialmente, ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial) pelo Regime de Caixa, ajuste a valor presente de ativos e passivos, Custos de Captação de Empréstimos e Custos Atribuídos ao Ativo Imobilizado.

	Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de Renda	289.772	86.753
Contribuição Social	114.891	42.631
	404.663	129.384
Não Circulante		
Obrigações Diferidas		
Imposto de Renda	871.037	909.204
Contribuição Social	311.907	324.820
	1.182.944	1.234.024

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/03/2012			31/12/2011
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6	US\$	23.563	22.776	46.339	46.989
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	8.375	26.563	34.938	34.826
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-	1.387
KFW	2016	4,50	EURO	1.693	6.411	8.104	8.028
Tesouro Nacional (10)	2024	Diversas	US\$	4.084	12.809	16.893	16.893
Banco Inter Americano del Desarrollo (7)	2026	2,12	US\$	1.718	33.105	34.823	35.529
BNP 36 MM - Euros	2014	0,04	EURO	495	27.599	28.094	27.882
Merrill Lynch - Us\$ 50 MM	2016	0,03	US\$	96	29.586	29.682	30.570
BID (16)	2022	Libor + Spread 1,7 a 2,2%aa	US\$	3.262	48.504	51.766	52.902
BID (16)	2023	Libor + Spread 1,5 a 1,88%aa	US\$	8.250	82.494	90.744	92.561
Outros	2019	Diversas	Diversas	7.997	3.018	11.015	11.340
Dívida em Moeda Estrangeira				59.533	292.865	352.398	358.907
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2012	109,80 do CDI	R\$	607.959	-	607.959	591.951
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	31.169	27.319	58.488	56.844
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	140.149	-	140.149	136.566
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	456.263	800.000	1.256.263	1.224.881
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83	R\$	(4.816)	732.139	727.323	706.796
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5%do CDI	R\$	(2.601)	450.604	448.003	436.637
Banco do Brasil S.A.	2012	106,00 do CDI	R\$	102.464	-	102.464	99.779
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	86.488	75.216	161.704	158.837
Banco Itaú – BBA S.A	2014	CDI + 1,70	R\$	918	868	1.786	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	26.330	25.329	51.659	53.415
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.021	101.743	109.764	111.678
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	481	455	936	1.550
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	109.601	94.313	203.914	198.181
Bradesco S.A. (2)	2012	106,00 do CDI	R\$	1.018.937	-	1.018.937	990.142
Debêntures (6)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	30.687	353.687	384.374	372.697
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (6) (9)	2031	IGP-M	R\$	-	48.297	48.297	46.896
Debêntures (6)	2017	IPCA + 7,96	R\$	11.565	508.446	520.011	502.648
Debêntures (6)	2012	CDI+ 0,90	R\$	-	-	-	1.754.714
Debêntures (6)	2015	IPCA + 7,68	R\$	446.886	866.966	1.313.852	1.367.937
Debêntures	2017	CDI + 0,90	R\$	5.867	479.810	485.677	-
Debêntures	2022	IPCA + 6,20	R\$	8.263	670.904	679.167	-
Debêntures	2019	IPCA + 6,20	R\$	2.375	200.319	202.694	-
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	11.672	9.550	21.222	25.603
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	63.327	368.728	432.055	428.238
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	20.727	19.918	40.645	40.451
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	88.624	77.321	165.945	161.272
UNIBANCO S.A (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	22.850	18.397	41.247	40.085
Itaú e Bradesco (4)	2015	CDI + 1,70	R\$	182.096	564.803	746.899	819.996
Banco do Brasil S.A. (8)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.049	20.036	22.085	22.768
UNIBANCO S.A (8)	2020	TJLP + 2,55	R\$	538	5.057	5.595	5.768
Debêntures I e IV (5) (6)	2015	TJLP + 4,00	R\$	6	15	21	22
Debêntures V (5) (6)	2014	CDI + 1,50	R\$	68.192	158.199	226.391	241.759
Debêntures VII (5) (6)	2016	CDI + 1,35	R\$	10.062	210.438	220.500	214.400
Debêntures LIGHT ENERGIA I (5) (6)	2016	CDI + 1,45	R\$	3.144	55.566	58.710	57.074
Debêntures LIGHT ENERGIA II (5) (6)	2019	1,18% do CDI	R\$	1.565	137.444	139.009	137.487
CCB Bradesco S.A (5)	2017	CDI + 0,85	R\$	31.791	121.775	153.566	149.820
ABN AMRO Real S.A. (5)	2014	CDI + 0,95	R\$	1.784	25.980	27.764	27.005
BNDES – (5)	2019	TJLP	R\$	52.961	306.568	359.529	371.729
DEBENTURES (6) (10)	2016	CDI+1,30%	R\$	3.153	9.344	12.497	13.281
DEBENTURES (6) (10)	2016	CDI+1,30%	R\$	20.936	62.004	82.940	88.148
DEBENTURES (6) (10)	2016	CDI+1,30%	R\$	39.679	117.484	157.163	167.035
DEBENTURES (6) (10)	2016	112,5% do CDI	R\$	7.192	26.390	33.582	35.124
BNDES (11)	2033	TJLP + 2,40	R\$	1.277	355.929	357.206	349.505
Debêntures (11)	2013	IPCA	R\$	139.733	73.905	213.638	207.094
BNDES – Repasse (11)	2033	TJLP	R\$	1.509	394.584	396.093	354.783
AMAZONIA - FNO	2031	10% a.a	R\$	308	22.353	22.661	54.807
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (10)	2015	Diversas	R\$	5.630	65.352	70.982	66.932
BNDES (12)	2024	TJLP +2,15	R\$	3.183	36.143	39.326	39.961
CEF S.A (13)	2022	TJLP + 3,50	R\$	7.051	56.992	64.043	64.784
CEF S.A (14)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.772	45.696	51.468	52.109
CEF S.A (15)	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.418	84.759	94.177	95.267
BNDES (16)	2019	Diversas	R\$	34.995	166.123	201.118	210.744
Sindicato de Bancos (16)	2015	CDI + 0,90%	R\$	9.255	6.888	16.143	18.462
CEF S.A (16)	2016	117,5 do CDI	R\$	2.376	7.631	10.007	10.585
DEBENTURES (16)	2017	Diversas	R\$	41.105	815.955	857.060	832.234
NOTAS PROMISSÓRIAS (ITAU)	2012	Diversas	R\$	686.818	-	686.818	669.132
BNDES (17)	2016	TJLP + 3,12	R\$	27.494	96.913	124.407	131.225
BNDES (18) Cemig Telecom	2017	Diversas	R\$	9.064	40.637	49.701	51.972
BNDES	2028	URTI+1,97	R\$	2.329	48.229	50.558	49.588
Outros	2025	Diversas	R\$	22.476	270.122	292.598	298.809
Dívida em Moeda Nacional				4.729.147	10.339.643	15.068.790	15.420.162
Total Geral Consolidado				4.788.680	10.632.508	15.421.188	15.779.069

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) Foi contratado "swap" com troca de taxa. Seguem a taxa do empréstimo e financiamento considerando os swap: CDI + 1,50% a.a.;
- (4) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº12 Demonstrações Contábeis consolidadas;
- (5) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light) e PARATI;
- (6) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (7) Financiamento da Transchile;
- (8) Financiamento de Cachoeirão;
- (9) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (10) Empréstimos e financiamentos consolidados do Grupo TBE;
- (11) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;
- (12) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.;
- (13) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A
- (14) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia5 de Parajuru S.A.;
- (15) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VDR S.A
- (16) Empréstimo realizado pela controlada Taesa;
- (17) Empréstimo e financiamento da Gasmig
- (18) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom Ativas;

A composição consolidada dos Empréstimos, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, não considerando a transferência de valores para o curto prazo em função de não cumprimento de cláusula contratual, conforme mencionado na letra "a", é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	56.853	41.652	23.856	25.705	26.496	16.855	18.935	103.349	313.701
Euro	2.187	1.603	29.202	1.603	1.604	-	-	-	36.199
UMBNDDES (**)	263	340	340	339	339	339	340	198	2.498
	59.303	43.595	53.398	27.647	28.439	17.194	19.275	103.547	352.398
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	181.473	564.628	484.200	665.190	170.268	169.434	100.154	771.297	3.106.644
Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	52.351	66.900	69.065	60.668	49.390	40.034	35.362	58.898	432.668
Certificado Depósito Interbancário – CDI	3.647.204	1.444.608	1.300.845	611.860	330.334	651.104	35.515	44.495	8.065.965
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	9.550	11.672	-	-	-	-	-	-	21.222
URTJ/TJLP (*)	116.767	172.227	190.411	183.087	171.837	144.683	133.612	863.555	1.976.179
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	31.161	2.456	355.768	1.986	1.915	1.843	1.814	56.516	453.459
UMBNDDES (**)	28.746	38.381	37.062	37.017	34.360	15.206	52.748	3.088	246.608
Outros (IGP-DI, INPC-TR) (***)	3.278	1.368	1.584	1.128	906	215	215	-	8.694
Sem Indexador	1.824	735.311	4.192	4.468	4.133	2.920	2.373	2.130	757.351
	4.072.354	3.037.551	2.443.127	1.565.404	763.143	1.025.439	361.793	1.799.979	15.068.790
	4.131.657	3.081.146	2.496.525	1.593.051	791.582	1.042.633	381.068	1.903.526	15.421.188

- (*) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros.
- (**) UMBNDDES - Unidade Monetária do BNDES.
- (***) IGP-DI - Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 31/03/2012 %	Variação Acumulada em 2011 %	Indexadores	Variação no trimestre findo em 31/03/2012 %	Variação Acumulada em 2011 %
Dólar Norte-americano	(2,86)	12,58	IGPM	0,62	5,10
Euro	(0,17)	9,25	CDI	2,45	11,64
			SELIC	2,48	11,67
			IPCA	1,22	6,50

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2011	15.779.069	1.030.227
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.413.640	-
Variação monetária e cambial	47.020	-
Amortização de custos na obtenção de recursos	5.571	2.731
Encargos financeiros provisionados	339.551	27.225
Encargos financeiros pagos	(378.532)	-
Capitalização	1.932	-
Ajuste a Valor Presente	915	-
Custo na obtenção de recursos	(1.253)	-
Amortização de financiamentos	(2.786.725)	-
Saldo em 31 de março de 2012	15.421.188	1.060.183

a) Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Cemig e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão, possuem contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestral, coincidente com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

Em 31 de dezembro de 2011, uma cláusula da Cemig não foi atendida. Para tanto, a Companhia obteve dos seus credores, de forma antecipada a data mencionada, o consentimento de não exercerem seus direitos de exigirem o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2011, duas cláusulas da Cemig Geração e Transmissão não foram atendidas. Em decorrência disso, a Companhia efetuou, naquela data, a transferência de R\$1.917.347 do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante. Em 14 de março de 2012, a Companhia obteve consentimento formal (“waiver”) de que os credores não iriam exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida, portanto, em 31 de março de 2012 o valor foi integralmente revertido para o Passivo Não Circulante.

b) Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

c) Emissão de Debêntures da Cemig Geração e Transmissão

Em março de 2012, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1.000.000, acrescido de juros remuneratórios. Foram emitidas 480.000 debêntures da primeira série, 200.000 debêntures da segunda série e 670.000 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 7 anos e 10 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,90%, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 6,00% ao ano e 6,20% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da Cemig.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Reserva Global de Reversão - RGR	72.379	58.930
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	63.550	68.492
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	52.019	45.436
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	4.136	4.631
Eficiência Energética	150.101	147.724
Pesquisa e Desenvolvimento	215.642	216.524
Pesquisa Expansão Sistema Energético	5.011	4.093
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	8.177	7.803
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.222	22.772
Encargo de Capacidade Emergencial	49.289	49.319
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	4.164	3.500
	629.897	630.431
Passivo Circulante	430.775	368.229
Passivo Não Circulante	199.122	262.202

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A Cemig é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social ("Forluz"), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria denominados Plano Misto de Benefícios Previdenciários ("Plano B") e Plano Saldado de Benefícios Previdenciários ("Plano A"). Detalhes sobre os referidos Planos podem ser encontrados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas de 31 de dezembro de 2011.

A Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

A Light é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – Braslight, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Controladora em conjunto vinculados à Braslight e de pensão aos seus dependentes.

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2011.

Adicionalmente, foi reconhecida pela Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados do fundo de pensão no montante de R\$845.593 em 31 de março de 2012 (R\$846.581 em 31 de dezembro de 2011). Esta obrigação será amortizada até junho de 2024, com reajuste pelo IPCA – IBGE, acrescido de 6% de juros ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias das empresas mencionadas no parágrafo anterior, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida contra patrimônio líquido na data de transição, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	41.697	29.710	1.625	26.919	99.951
Despesa Reconhecida no Resultado	1.237	1.205	30	1.294	3.766
Contribuições Pagas	(1.600)	(691)	(11)	(169)	(2.471)
Passivo Líquido em 31 de março de 2012	41.334	30.224	1.644	28.044	101.246
Passivo Circulante	3.361	-	-	-	3.361
Passivo Não Circulante	37.973	30.224	1.644	28.044	97.885

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	846.581	355.961	567.394	30.718	486.505	2.287.159
Despesa Reconhecida no Resultado	25.144	13.162	18.124	360	15.014	71.804
Contribuições Pagas	(32.244)	(14.651)	(13.547)	(214)	(2.814)	(63.470)
Passivo Líquido em 31 de março de 2012	839.481	354.472	571.971	30.864	498.705	2.295.493
Passivo Circulante	67.676	34.095	-	-	-	101.771
Passivo Não Circulante	771.805	320.377	571.971	30.864	498.705	2.193.722

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

20. PROVISÕES

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia, e suas controladas e controladas em conjunto, constituíram Provisões para Contingências para as ações cuja expectativa de perda é considerada mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 31/03/2012
Trabalhistas	135.121	3.399	(6.100)	132.420
Cíveis				
Relações de Consumo	77.958	27.036	(265)	104.729
Outras ações cíveis	72.132	28.995	(3.892)	97.235
	150.090	56.031	(4.157)	201.964
Tributárias	117.452	(822)	-	116.630
Ambientais	56.635	2.383	(3.134)	55.884
Regulatórias	72.812	(2.315)	(2.619)	67.878
Outras	17.329	6.185	-	23.514
Total	549.439	64.861	(16.010)	598.290

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 31/03/2012
Trabalhistas	58.902	(3.401)	(300)	55.201
Cíveis				
Relações de Consumo	31.035	2.810	(2)	33.843
Outras ações cíveis	20.556	10.799	(7)	31.348
	51.591	13.609	(9)	65.191
Tributárias	33.342	(4.563)	-	28.779
Ambientais	207	4	-	211
Regulatórias	38.210	1.285	(88)	39.407
Outras	3.700	69	(176)	3.593
Total	185.952	7.003	(573)	192.382

A Administração da Cemig acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda mais provável que sim do que não e passivos contingentes vinculados, para processos com expectativa de perda mais provável que não do que sim

Obrigações Trabalhistas

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações movidas por nossos empregados e empregados terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$556.267 (R\$523.697 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$132.420 foram provisionados (R\$128.521 em 31 de dezembro de 2011).

Relações de Consumo

A Cemig é parte em diversas ações cíveis relativas à indenização por danos morais decorrentes, principalmente, de incidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$149.211 (R\$189.088 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$104.729 foram provisionados (R\$86.694 em 31 de dezembro de 2011).

A reavaliação da probabilidade de perda de diversos processos, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, foi a principal causa das provisões constituídas em 31 de março de 2012, no montante de R\$27.036, que passou para perda mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação.

Dentre essas ações há processos relativos ao acidente ocorrido em 27 de fevereiro de 2011 na cidade de Bandeira do Sul. Vale ressaltar que a maior relevância destas ações não se relaciona, exclusivamente, aos impactos financeiros, mas, também, à exposição da imagem da Companhia.

Regulatórias – Majoração Tarifária (Plano Cruzado)

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a Companhia, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$44.840 (R\$47.124 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$33.179 foram provisionados (R\$37.824 em 31 de dezembro de 2011).

Ações de Natureza Ambiental

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações envolvendo assuntos ambientais, os quais envolvem áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante, aproximado, de R\$79.354 (R\$79.468 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$55.884 foram provisionados pela Companhia (R\$56.635 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia questiona, judicialmente, a compensação ambiental, criada em 2011, calculada com base na Lei nº 9.985 de 2000 e no Decreto nº 6.848 de 2009, que corresponde a 0,5% do valor de referência do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, previsto na Licença de Instalação nº 540 de 2008 e definido na Licença de Operação nº 1.044 de 2011, expedidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Esses recursos, destinados a compensar os impactos ambientais causados pela obra, são atualizados pelo IPCA Especial e em 31 de março de 2012 equivalem a R\$51.427 (R\$52.262 em 31 de dezembro de 2011). Esta compensação está sendo analisada prioritariamente pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal para definir a destinação dos recursos. Os gastos ambientais provisionados foram registrados como custo do Imobilizado em curso - Reservatórios, barragens e adutoras.

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversas outras ações civis públicas, tendo em vista que a maioria destas ações está relacionada a danos ambientais e requerem indenização, recuperação de áreas degradadas e medidas compensatórias que serão definidas no curso do processo, na sua maioria. Tais ações podem beneficiar terceiros que não as partes diretamente envolvidas, e esses terceiros poderão ter direito a outras reparações ou indenizações.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento, e não recolhidos, estão sendo objetos de contestação no âmbito administrativo e judicial. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda mais provável que sim do que não que exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação à data do balanço, provisionada no montante de R\$109.955 (R\$104.938 em 31 de dezembro de 2011), e a participação da Cemig representa uma cota parte de R\$35.722 (R\$34.092 em 31 de dezembro de 2011).

A Gasmig constituiu provisão relativa a créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado utilizado na rede e da incidência sobre a base de cálculo do PIS/COFINS no montante de R\$31.246 (R\$28.838 em 31 de dezembro de 2011), e a participação da Cemig representa uma cota parte de R\$17.245 (R\$15.916 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa, sendo as principais: o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; o Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor (IMIDEC) impetrou Ação Civil Coletiva contra a Cemig Distribuição, onde questiona a cobrança do ICMS sobre o total da fatura e não somente com incidência sobre o serviço prestado; a Cemig foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$462.613 (R\$434.004 em 31 de dezembro de 2011).

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada mais provável que não do que sim que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$194.874 (R\$191.770 em 31 de dezembro de 2011).

Participação nos Lucros e Resultados

O INSS instaurou processo administrativo contra a Companhia, em 2006, em função do não recolhimento das contribuições previdenciárias sobre os valores pagos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados no período de 2000 a 2004, devido ao fato da fiscalização ter entendido que a Companhia não teria atendido aos requisitos descritos na Lei 10.101 de 2000. Em 2007, foi impetrado mandado de segurança buscando obter declaração de que tais pagamentos de participação nos lucros e resultados não estavam sujeitos ao pagamento da contribuição à seguridade social. A Companhia recebeu sentença, parcialmente, favorável em 2008, da qual recorreu e está aguardando decisão em segunda instância.

Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$143.297 (R\$140.875 em 31 de dezembro de 2011).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig, a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

A expectativa de perda nestas ações é considerada mais provável que não exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$799.664 (R\$780.723 em 31 de dezembro de 2011).

FINSOCIAL

A União Federal ajuizou ação rescisória contra a Cemig, com o objetivo de rescindir o acórdão proferido na ação rescisória ajuizada, anteriormente, pela Cemig, onde se discute o FINSOCIAL, com o argumento de que a ação ajuizada pela Cemig foi protocolizada após o prazo decadencial de dois anos. O valor, estimado, da contingência é de R\$69.641 (R\$67.926 em 31 de dezembro de 2011).

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$388.877 (R\$423.856 em 31 de dezembro de 2011).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia é parte em processo administrativo que envolve pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, indetificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária, no valor aproximado, de R\$397.043 (R\$296.377 em 31 de dezembro de 2011).

PIS/COFINS

A Cemig foi autuada por recolhimento a menor de PIS/COFINS em razão de exclusões indevidas de despesas financeiras da base de cálculo das contribuições. Apesar de a Companhia ter recolhido PIS/COFINS sobre receitas financeiras, a Secretaria da Receita Federal entende que esse recolhimento se deu a menor. O valor da contingência é de R\$55.392 (R\$81.112 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia é ré em diversos processos judiciais, nos quais os autores exigem a suspensão da cobrança de PIS/COFINS, por considerarem ilegal a sua incidência nas faturas de energia elétrica. O valor da contingência é de R\$45.492 (R\$41.039 em 31 de dezembro de 2011).

Questões Regulatórias

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Companhia utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades junto ao Governo Federal.

A Aneel instaurou processo administrativo contra a Companhia, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Companhia não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

Nenhuma provisão foi constituída em relação a essa ação e o valor, estimado, do passivo contingente é de R\$1.028.054 (R\$1.014.905 em 31 de dezembro de 2011).

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig é ré em várias ações civis públicas, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Cemig na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$1.175.789 (R\$1.183.402 em 31 de dezembro de 2011).

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$126.803 (R\$123.900 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para esta disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$125.158 (R\$122.531 em 31 de dezembro de 2011).

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) e a Associação Brasileira de Consumidores (ABC) impetraram ações contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$151.666 (R\$1.061.804 em 31 de dezembro de 2011).

Contingências Fiscais da Light SESA

As contingências fiscais com probabilidade de perda considerada mais provável que não do que sim que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, em 31 de dezembro de 2011, reconhecidas pela Light SESA, correspondem a: exigência do IRPJ e da CSL sobre os lucros auferidos pela LIR e LOI desde 1996; não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos; multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005; Auto de Infração lavrado para cobrança de ICMS incidente sobre os valores da subvenção econômica direcionada aos consumidores de baixa-renda; ICMS sob perdas comerciais; Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos – TFOP, lançada pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa; IRRF sobre valores pagos pela Light SESA a título de dividendos, ao argumento de que os mesmos decorreriam de lucro inexistente; Auto de Infração para cobrar ICMS, em razão da utilização de créditos acumulados de ICMS da Rheem Embalagens Ltda. na aquisição de insumos e matérias primas dentro do Estado do Rio de Janeiro. Essas causas somam R\$959.823 (R\$859.568 em 31 de dezembro de 2011), valor correspondente a participação da Cemig no capital da Light.

Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$747.718 (R\$515.825 em 31 de dezembro de 2011). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Ação em que a Companhia é credora e com provável entrada de benefícios econômicos

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona, judicialmente, a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, por meio da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado, será de R\$197.420 (R\$195.263 em 31 de dezembro de 2011), líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de março de 2012, o Capital Social da Companhia é de R\$3.412.073, representado por 298.269.668 ações ordinárias e 384.144.914 preferenciais ambas com valor nominal de R\$5,00.

Lucro por ação

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação no primeiro trimestre de 2012 e 2011 foram de R\$0,93 e R\$0,77 respectivamente, calculados com base na média ponderada do número de ações da Companhia em cada um dos anos mencionados.

22. RECEITA

	Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	4.586.727	3.946.409
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	496.529	486.107
Receita de Uso da Rede de Transmissão (c)	382.110	317.368
Receita de Construção (d)	276.486	268.951
Outras Receitas Operacionais (e)	322.354	234.424
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (f)	(1.915.811)	(1.647.650)
Receita Operacional Líquida	4.148.395	3.605.609

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Residencial	2.948.548	2.831.408	1.565.196	1.300.117
Industrial	6.156.095	6.257.236	1.080.054	1.006.968
Comércio, Serviços e Outros	2.004.516	1.809.749	868.761	741.501
Rural	567.384	536.842	163.535	151.794
Poder Público	328.455	301.685	143.548	124.048
Iluminação Pública	363.171	322.755	95.650	78.146
Serviço Público	377.474	355.273	108.532	96.273
Subtotal	12.745.643	12.414.948	4.025.276	3.498.847
Consumo Próprio	15.809	15.040	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	2.250	12.451
	12.761.452	12.429.988	4.027.526	3.511.298
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	3.455.316	3.410.217	427.100	364.724
Transações com energia na CCEE	2.372.092	2.128.694	123.031	66.914
Vendas no PROINFA	30.353	12.261	9.070	3.473
Total	18.619.213	17.981.160	4.586.727	3.946.409

(*) A coluna de MWh inclui o total de energia comercializada pela Light, proporcional à participação da Companhia.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição e da Light estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Receita de uso da rede de Transmissão

	Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011
Receita de Uso da Rede Básica	332.604	277.867
Receita de Sistema de Conexão	49.506	39.501
	382.110	317.368

Para as concessões antigas, a Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao Sistema interligado brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Para as concessões novas, inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

d) Receita de Construção

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão, sendo que na Receita Operacional, em alguns casos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação.

e) Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011
Fornecimento de Gás	162.029	126.159
Serviço Taxado	4.116	3.903
Serviço de Telecomunicações	40.669	39.096
Prestações de Serviços	36.251	25.194
Aluguel e Arrendamento	29.999	17.094
Subvenções (*)	49.076	22.641
Outras	214	337
	322.354	234.424

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011
Tributos sobre a Receita		
ICMS	963.881	851.169
COFINS	405.534	353.055
PIS-PASEP	88.145	76.655
Outros	1.714	1.145
	1.459.274	1.282.024
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	74.118	43.107
Programa de Eficiência Energética – PEE	(836)	9.935
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	151.606	122.855
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	196.684	157.302
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	11.538	9.077
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	9.927	7.981
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	6.530	3.989
Encargos de Capacidade Emergencial	-	4.143
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	6.970	7.237
	456.537	365.626
	1.915.811	1.647.650

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Pessoal (a)	341.665	281.967	11.494	10.273
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	55.888	23.022	4.199	992
Obrigações Pós-Emprego	33.498	30.888	2.528	2.109
Materiais	15.285	18.340	21	55
Serviços de Terceiros (b)	253.106	214.649	3.084	960
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.147.089	1.075.760	-	-
Depreciação e Amortização	237.551	232.797	87	89
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	49.292	37.993	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	97.395	41.068	7.019	5.229
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	241.458	189.614	-	-
Gás Comprado para Revenda	100.444	62.366	-	-
Custos de Construção	275.520	268.186	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (e)	96.871	69.497	5.356	9.694
	2.945.062	2.546.147	33.788	29.401

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Remunerações e Encargos	294.087	242.780	11.331	8.138
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	16.040	16.970	1.048	974
Benefícios Assistenciais	32.898	30.814	1.086	851
	<u>343.025</u>	<u>290.564</u>	<u>13.465</u>	<u>9.963</u>
Programa de Desligamento Voluntário de empregados (-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	20.024	7.300	254	2.500
	(21.384)	(15.897)	(2.225)	(2.190)
	<u>(1.360)</u>	<u>(8.597)</u>	<u>(1.971)</u>	<u>310</u>
	<u>341.665</u>	<u>281.967</u>	<u>11.494</u>	<u>10.273</u>

Programa Desligamento Premiado – PDP

Em novembro de 2011, a Companhia criou o *Programa Desligamento Premiado – PDP*, de caráter permanente e aplicável às rescisões dos Contratos de Trabalho de forma livre e espontânea e está em conformidade com a Lei 12.506 de outubro de 2011, que trata de concessão do Aviso Prévio de 1 até 3 meses, e, desta forma, encerrou o antigo Programa Prêmio Desligamento – PPD.

Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 1 remuneração bruta e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, o pagamento do aviso prévio correspondente ao mínimo de uma remuneração (30 dias) até o máximo de 3 remunerações (90 dias), conforme determina a Lei 12.506 de 2011, e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa. Até 31 de março de 2012, houve a adesão de 114 empregados.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	42.813	31.220	-	-
Comunicação	26.821	20.204	300	435
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	62.050	43.120	-	6
Conservação e Limpeza de Prédios	14.684	14.623	30	12
Mão de Obra Contratada	8.198	11.912	142	12
Fretes e Passagens	2.490	2.322	204	237
Hospedagem e Alimentação	3.555	6.046	57	43
Vigilância	5.803	4.666	-	-
Consultoria	10.309	2.164	1.878	120
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	7.832	6.719	3	5
Manutenção e Conservação de Veículos	5.397	6.362	4	3
Corte e Religação	8.839	12.454	-	-
Meio Ambiente	4.889	4.389	442	-
Outros	49.426	48.448	24	87
	<u>253.106</u>	<u>214.649</u>	<u>3.084</u>	<u>960</u>

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	31/03/2012	31/03/2011
Energia de Itaipu Binacional	234.504	221.067
Energia de curto prazo	125.543	95.259
PROINFA	65.819	49.050
Contratos Bilaterais	141.049	112.022
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	536.207	535.948
Energia adquirida no Ambiente Livre	121.287	151.131
Créditos de PASEP-COFINS	(77.320)	(88.717)
	1.147.089	1.075.760

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Prêmio de Aposentadoria	(1.438)	(1.602)	16	(215)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	40.215	27.281	-	-
Provisão para Contingências				
Trabalhistas	3.391	2.619	(3.401)	(1.265)
Cíveis	54.966	6.747	13.609	1.296
Tributárias	(4.335)	4.751	(4.563)	4.740
Ambientais	2.383	67	4	7
Regulatórias	(2.689)	2.432	1.285	1.035
Outras	4.902	(1.227)	69	(369)
	58.618	15.389	7.003	5.444
	97.395	41.068	7.019	5.229

e) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Arrendamentos e Aluguéis	25.711	20.052	188	197
Propaganda e Publicidade	2.350	3.862	-	-
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.901	674	-	-
Subvenções e Doações	2.855	3.678	9	5
Taxa de Fiscalização da ANEEL	11.665	11.170	-	-
Concessão Onerosa	4.233	5.947	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	13.499	6.849	115	67
Seguros	2.047	1.846	186	157
Anuidade CCEE	1.380	1.629	1	1
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	2.950	2.326	-	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	11.603	7.086	3.365	3.098
Outras Despesas	14.677	4.378	1.492	6.169
	96.871	69.497	5.356	9.694

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	64.667	84.981	9.690	6.922
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	38.543	33.588	-	-
Variações Monetárias	7.812	25.180	953	810
Variações Monetárias de Depósito Judicial (nota 11)	9.562	-	9.562	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	43.559	22.304	-	-
Variações Cambiais	26.136	5.752	-	33
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(13)	(10)	-	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros	5.660	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	-	2.411	-	-
Rendas FIDC	-	-	20.327	14.500
Outras	30.206	6.317	2.189	1.899
	226.132	180.523	42.721	24.164
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(332.893)	(302.699)	(29.956)	(11.613)
Variações Cambiais	(6.182)	(6.548)	(1)	(2)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(33.387)	(50.964)	-	-
Variação Monetária – concessão onerosa	(1.386)	(10.101)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(9.638)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(38.307)	(32.338)	(1.238)	(1.594)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(4.526)	-	-	-
Amortização de Ágio/Deságio de Investimentos	-	(23.028)	(12.979)	(14.226)
Outras	(71.531)	(28.026)	(76)	(695)
	(488.212)	(463.342)	(44.250)	(28.130)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(262.080)	(282.819)	(1.529)	(3.966)

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	4.146	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	109.215	109.215	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	1.667	10.834	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	20	20	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	6.924	7.018	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	19.214	19.214	-	-	-	-	-	-
Companhia de Gás de Minas Gerais S.A								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	21.329	21.329	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	16.484	8.918	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	18.775	4.729	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (2)	7.882	6.657	-	-	21.452	18.621	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS (3)	152.559	153.306	348.545	329.696	(963.881)	(851.169)	-	-
Não Circulante								
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (4)	1.777.868	1.830.075	-	-	23.232	7.804	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS (3)	254.757	243.029	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (5)	13.036	25.016	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	265.700	265.700	-	-	-	-
Debêntures (6)	-	-	48.297	46.896	-	-	(1.401)	(5.848)
Financiamentos – BDMG (7)	-	-	14.384	14.900	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (8)	-	-	101.771	100.591	-	-	(33.498)	(30.888)
Despesa de Pessoal (9)	-	-	-	-	-	-	(16.040)	(16.970)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(5.648)	(3.870)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (8)	-	-	2.193.722	2.186.568	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	10.441	20.658	-	-	(10.441)	(10.443)
Andrade Gutierrez SA								
Circulante								
Programa Luz para todos (12)	-	-	-	177	-	-	-	-
Não Circulante								
Programa Luz para todos (12)	-	-	275	275	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (3) As operações com ICMS registradas nas Informações Contábeis Intermediárias referem-se às operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais;
- (4) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 10 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas;
- (5) Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (6) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente;
- (7) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.);
- (8) Parte dos contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 19 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas;
- (9) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 21 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (11) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.
- (12) Contrato referente ao empreendimento de Implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig celebrado entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de 31 de março de 2011 e 2012 é conforme segue:

	31/03/2012	31/03/2011
Remuneração	2.426	2.070
Participação nos Resultados	-	223
Benefícios Pós Emprego	163	117
Benefícios Assistenciais	28	22
Total	2.617	2.432

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 7, 10, 16, 17, 19, 22 e 23.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjuntos estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e derivativos, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto foram reconhecidos ao valor justo e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, o Caixa, Créditos com Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais, Ativos Financeiros da Concessão. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se, nesta categoria, Equivalente de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures, Fornecedores e Concessões a Pagar. São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/03/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Caixa e Depósitos Bancários	143.462	143.462	157.890	157.890
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.753.513	2.753.513	2.708.316	2.708.316
Concessionários – Transporte de Energia	471.480	471.480	427.060	427.060
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	1.777.305	1.777.305	1.830.075	1.830.075
Ativos Financeiros da Concessão	10.419.472	10.419.472	9.897.857	9.897.857
	15.565.232	15.565.232	15.021.198	15.021.198
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	1.011.645	1.011.645	-	-
	1.011.645	1.011.645	-	-
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2.091.282	2.091.282	2.704.600	2.704.600
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	358.987	358.987
	2.091.282	2.091.282	3.063.587	3.063.587
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.096.656	1.096.656	1.196.637	1.196.637
Concessões a Pagar	135.395	135.395	137.687	137.687
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	15.421.188	15.304.139	15.779.069	15.767.142
	16.653.239	16.536.190	17.113.393	17.101.466
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos Derivativos – Contrato Swap	19.683	40.275	25.143	39.410

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos	313.701	318.947
(+/ -) Operações Contratadas de Hedge/swap	(31.387)	(32.312)
	<u>282.314</u>	<u>286.635</u>
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos – Euro	36.199	37.299
Outros	2.498	2.661
Passivo Líquido Exposto	<u>38.697</u>	<u>39.960</u>
	321.011	326.595

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2012 será de 2,86% para o Dólar (R\$1,770) e de 6,79% para o Euro (R\$2,265). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2012	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos	313.701	304.731	380.914	457.097
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(31.387)	(30.490)	(38.113)	(45.735)
	<u>282.314</u>	<u>274.241</u>	<u>342.801</u>	<u>411.362</u>
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos	36.199	33.741	42.176	50.612
Euro	2.498	2.328	2.910	3.493
	<u>38.697</u>	<u>36.069</u>	<u>45.086</u>	<u>54.105</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>321.011</u>	<u>310.310</u>	<u>387.887</u>	<u>465.467</u>
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		<u>10.701</u>	<u>(66.876)</u>	<u>(144.456)</u>

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$203.185 em 31 de março de 2012, (R\$207.489, em 31 de dezembro de 2011).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	31/03/2012	31/12/2011
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.091.282	2.704.600
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	1.011.645	358.987
	<u>3.102.927</u>	<u>3.063.587</u>
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 18)	(8.065.965)	(9.274.474)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(600.000)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(31.387)	(32.312)
	<u>(8.697.352)</u>	<u>(9.906.786)</u>
Passivo Líquido Exposto	(5.594.425)	(6.843.199)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 31 de março de 2013 será de 9%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	Cenário Base SELIC 9,75%	Cenário Provável SELIC 9%	Cenário Possível SELIC 11,25%	Cenário Remoto SELIC 13,5%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.091.282	2.279.497	2.535.941	2.587.230
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	1.011.645	1.102.693	1.226.746	1.251.557
	<u>3.102.927</u>	<u>3.382.190</u>	<u>3.762.687</u>	<u>3.838.787</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 17)	(8.065.965)	(8.791.902)	(9.780.991)	(9.978.809)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(651.840)	(722.239)	(736.318)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(31.387)	(34.212)	(34.918)	(35.624)
	<u>(8.697.352)</u>	<u>(9.477.954)</u>	<u>(10.538.148)</u>	<u>(10.750.751)</u>
Passivo Líquido Exposto	(5.594.425)	(6.095.763)	(6.775.461)	(6.911.965)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(501.338)	(1.181.036)	(1.317.540)

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa constituída no primeiro trimestre de 2012, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, foi de R\$40.215.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem aproximadamente 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de duas agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco quanto à Escassez de Energia

A energia vendida é, substancialmente, gerada por Usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das Usinas, comprometendo a recuperação do volume destes, e acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”), normalmente, aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas. Vide Nota Explicativa nº 17 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possui Concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das Concessões não sejam deferidas, pelos órgãos reguladores, ou mesmo renovadas, mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

É esperada para 2012 uma definição pelo Governo Federal dos critérios para a renovação das concessões, quando então será possível determinar o impacto desses critérios nos resultados da Companhia.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os processos de gestão de riscos corporativos interagem com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os Instrumentos Derivativos, contratados pela Cemig e controladas têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos, nestas operações, representam um ganho, em 31 de março de 2012, no montante de R\$5.660 (perda no montante de R\$9.638 em 31 de março de 2011), registradas no Resultado Financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

A Companhia possui instrumentos derivativos contratados pela sua controlada indireta UNISA, que é controlada em conjunto pela TAESA. Esses derivativos tiveram como propósito proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia, por meio das operações contratadas pela UNISA, está exposta a flutuação da taxa de câmbio em virtude dos financiamentos com o BID (parte indexada à uma cesta de moedas) e com o BID indexado a US\$. Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a UNISA utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos (hedge) e contratou operações de opção de compra durante o exercício.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pelas Controladas, Cemig Distribuição e Madeira Energia em 31 de março de 2012.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
						30/03/2011	31/12/2011	30/03/2012	31/12/2011	30/03/2012	31/12/2011
Cemig Distribuição SA											
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$17.226	US\$17.226	(51.088)	(48.351)	(50.826)	(47.611)	-	-
Taxa de 11,47% a a	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	31.405	22.587	10.551	7.580	-	-
Cemig Geração e Transmissão SA											
Madeira Energia SA											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	767	618	767	618	151	-
Euro	Variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	R\$2.375	R\$2.375	-	3	-	3	-	-
TAESA											
ATE II Transmissora de Energia											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2022	Swap	27.561	27.561	113	153	113	153	113	-
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2018	Swap	3.028	3.028	3	6	3	6	3	-
ATE III Transmissora de Energia											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 05/2020	Swap	39.188	39.188	179	239	179	239	179	-
BRL	USD	Em 11/2012	Opção	3.072	3.072	216	470	216	470	216	-
BRL	USD	Em 05/2013	Opção	3.229	3.229	239	511	239	511	266	-
BRL	USD	Em 05/2012	Opção	2.743	2.743	3	112	3	112	3	-
						<u>(18.163)</u>	<u>(23.652)</u>	<u>(38.755)</u>	<u>(37.919)</u>	<u>931</u>	<u>-</u>

- 1) Os valores apresentam a operação proporcional à participação da Cemig GT
- 2) Os Valores Justos apresentam um ganho para a Companhia
- 3) Valores em Milhares de reais
- 4) Valor Recebido é o valor acumulado do exercício (Jan/12 a Mar/12)

A contraparte das operações de derivativos da Cemig Distribuição e Madeira Energia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de swap cambial e de indexadores.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima que a taxa do CDI em 31 de março de 2012 será de 9%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 31 de março de 2011, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de março de 2012 seria de 11,25% e 13,5% respectivamente.

Risco da variação do CDI em relação ao Cenário Base

	Cenário Base SELIC 9,75%	Cenário Provável SELIC 9%	Cenário Possível SELIC 11,25%	Cenário Remoto SELIC 13,50%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	31.387	34.212	34.918	35.624
Efeito Líquido da Variação da CDI		(2.825)	(3.531)	(4.237)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	31.387	30.490	38.113	45.735
Efeito Líquido da Variação do US\$		897	(6.726)	(14.348)
Efeito Líquido		(3.722)	3.195	10.111

Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

	Base 31/03/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	651.840	664.800	677.760
Efeito Líquido da Variação do CDI		(51.840)	(64.800)	(77.760)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação do US\$		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		16.980	4.020	(8.940)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital é apresentada a seguir:

	31/03/2012	31/12/2011
Total do Passivo	25.478.407	25.612.798
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.234.744)	(2.862.490)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(1.011.645)	(358.987)
Passivo Líquido	22.232.018	22.391.321
Total do Patrimônio Líquido	12.374.223	11.744.948
(-) Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a hedge de fluxos de caixa	(3.343)	(5.354)
Capital Ajustado	12.370.880	11.739.594
Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado	1,80	1,91

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de março de 2012	Valor justo em 31 de março de 2012		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Caixa e Depósitos Bancários	143.462	-	143.462	-
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.850.598	-	1.850.598	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	40.848	40.848	-	-
Notas do Tesouro Nacional	36.114	36.114	-	-
Outros	163.722	-	163.722	-
	2.091.282	76.962	2.014.320	-
Passivos				
Contratos de Swaps	19.683	-	19.683	-

Metodologia de cálculo do valor justo

- O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- Contratos de *Swaps*: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de *Swaps* é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do *Swap* da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do *Swap* é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM aplicável as Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento do Capital Social aprovado pela Assembleia Geral ordinária em abril de 2012

O Conselho de Administração da Cemig aprovou em Assembleia Geral de Acionistas um aumento do Capital Social através, principalmente, da utilização das Reservas de Lucros.

Em 27 de abril de 2012, Assembleia Geral aprovou o aumento do Capital Social da Cemig de R\$3.412.073 para R\$4.265.091 com emissão de 170.603.646 novas ações, mediante a capitalização de R\$821.527 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$31.491 provenientes da incorporação das parcelas do Contrato de Cessão de Crédito do saldo remanescente da CRC, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00.

b) Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição

Em 08 de abril de 2012, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Companhia. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram impactos diferenciados por nível de tensão, cujo impacto médio foi um aumento de 3,85% a partir daquela data.

c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio da Light

Na Assembleia Geral Ordinária da Light realizada em 11 de abril de 2012, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos com base no resultado apurado em 31 de dezembro de 2011 e referente à reserva de lucros existente no balanço em 31 de dezembro 2011, totalizando o montante de R\$205.036, a serem pagos até 31 de outubro de 2012.

d) Aumento do Capital Social aprovado pela Assembleia Geral ordinária em abril de 2012

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas cumulativamente em 27 de abril de 2012, foram aprovadas as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a destinação do lucro líquido do exercício no montante de R\$2.415.450, do saldo dos lucros acumulados de R\$128.979 decorrente de realização de Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial, bem como a definição da forma e data do pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio.

Ao lucro líquido e ao saldo de lucros acumulados do exercício de 2011, nos montantes indicados, foi dada a seguinte destinação: R\$109.210, relativos a 4,52% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea "a" do parágrafo único do artigo 28 do Estatuto Social. R\$1.294.041 sejam destinados ao pagamento de dividendos, sendo: R\$1.207.728 como dividendos obrigatórios e R\$86.316 na forma de dividendos complementares em percentual superior ao mínimo

obrigatório e R\$1.141.178 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Estatutária. Os pagamentos dos dividendos complementares e dos dividendos utilizando o saldo de lucros acumulados serão realizados em duas parcelas, 50% até 30 de junho de 2012 e 50% até 30 de dezembro de 2012, que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva da Companhia.

e) Conta de Resultado a Compensar – CRC

Em 04 de maio de 2012, a Diretoria Executiva deliberou encaminhar ao Conselho de Administração a seguinte proposta: orientação do representante da Companhia na Assembleia de Quotistas de Cemig Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Conta CRC (“FIDC”) com o objetivo de formalização do acordo das partes para a antecipação do pagamento pelo Estado de Minas Gerais da dívida seguida da quitação integral pela Companhia de todas as obrigações decorrentes do Contrato CRC e a quitação integral pelo FIDC à Companhia de todas as obrigações decorrentes do mesmo. Ao valor atualizado do saldo devedor será aplicado um desconto de 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Companhia que será integralmente repassado ao FIDC.

30. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 31 DE MARÇO DE 2012

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	LIGHT	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
ATIVO	15.094.587	15.808.817	11.047.310	2.866.873	1.343.018	840.161	424.311	185.894	152.589	1.468.232	(11.379.162)	37.852.630
Caixa e Equivalentes de Caixa	82.980	1.135.328	559.457	172.702	18.849	52.769	52.121	3.738	8.027	148.773	-	2.234.744
Contas a Receber	-	698.700	1.911.213	459.561	37.841	147.162	-	6.411	3.781	138.475	(157.396)	3.245.748
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	331.862	569.076	19.192	1.906	-	-	36.470	3.531	7.089	42.519	-	1.011.645
Tributos	528.569	795.177	1.285.614	281.990	25.747	73.126	33.788	14.794	79	79.898	-	3.118.782
Outros Ativos	1.555.146	333.076	1.338.116	156.667	54.448	31.094	36.927	4.361	383	76.981	502.508	4.089.707
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	12.596.030	12.277.460	5.933.718	1.794.047	1.206.133	536.010	265.005	153.059	133.230	981.586	(11.724.274)	24.152.004
PASSIVO	15.094.587	15.808.817	11.047.310	2.866.873	1.343.018	840.161	424.311	185.894	152.589	1.468.232	(11.379.162)	37.852.630
Fornecedores e suprimentos	8.202	150.715	697.338	186.104	8.233	42.667	9.258	278	1.055	53.360	(60.555)	1.096.655
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	1.060.183	7.990.109	3.594.234	1.070.992	389.759	124.407	100.343	-	-	344.262	746.899	15.421.188
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.233.404	(3)	109.215	19.144	38.113	22.359	7.225	-	-	11.936	(207.988)	1.233.405
Obrigações Pós-Emprego	101.246	440.495	1.399.280	284.496	-	-	-	-	-	69.976	-	2.295.493
Tributos	20.715	1.197.204	1.416.591	149.357	119.278	27.230	11.967	52.222	1.484	59.944	-	3.055.992
Outros Passivos	296.613	589.200	1.020.992	280.673	35.261	166.770	11.449	2.830	2.221	100.192	(130.527)	2.375.674
Patrimônio Líquido	12.374.224	5.441.097	2.809.660	876.107	752.374	456.728	284.069	130.564	147.829	828.562	(11.724.991)	12.374.223
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	80	1.205.014	2.115.386	496.325	82.248	128.836	32.269	13.866	10.031	184.466	(120.126)	4.148.395
Custos e Despesas Operacionais	(33.788)	(507.214)	(1.823.490)	(407.597)	(11.973)	(110.632)	(27.151)	(3.422)	(4.144)	(117.801)	102.150	(2.945.062)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(111.814)	(789.410)	(240.081)	-	-	-	(2)	(156)	(59.964)	54.338	(1.147.089)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(64.266)	(198.991)	(32.937)	-	-	-	-	(720)	(8.335)	63.791	(241.458)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(100.444)	-	-	-	-	-	(100.444)
Custo de construção	-	(25.001)	(200.955)	(35.824)	(4.491)	-	-	-	-	(9.249)	-	(275.520)
Pessoal	(11.494)	(81.199)	(205.715)	(18.880)	(2.754)	(4.464)	(8.788)	(401)	(487)	(7.483)	-	(341.665)
Participações dos Empregados no Resultado	(4.199)	(13.897)	(37.155)	-	-	-	(30)	-	-	(607)	-	(55.888)
Obrigações Pós-Emprego	(2.528)	(7.498)	(23.472)	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.498)
Materiais	(21)	(3.292)	(10.188)	(1.013)	210	(252)	(29)	(61)	(87)	(479)	-	(15.212)
Serviços de Terceiros	(3.084)	(38.168)	(162.619)	(24.809)	(3.646)	(1.672)	(5.824)	(520)	(980)	(13.057)	1.273	(253.106)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(47.329)	-	-	-	-	-	(662)	(269)	(1.032)	-	(49.292)
Depreciação e Amortização	(87)	(89.230)	(86.387)	(23.482)	(354)	(4.236)	(8.106)	(1.362)	(1.052)	(8.920)	(14.335)	(237.551)
Provisões Operacionais	(7.019)	(4.989)	(58.101)	(22.683)	-	929	(10)	(135)	-	(5.387)	-	(97.395)
Outras Despesas Líquidas	(5.356)	(20.531)	(50.497)	(7.888)	(938)	(493)	(4.364)	(279)	(393)	(3.288)	(2.917)	(96.944)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	(33.708)	697.800	291.896	88.728	70.275	18.204	5.118	10.444	5.887	66.665	(17.976)	1.203.333
Resultado de Equivalência Patrimonial	688.259	(802)	-	-	-	-	-	-	-	-	(688.259)	(802)
Receita Financeira	42.721	53.712	83.575	9.181	1.240	3.859	2.550	362	293	6.567	22.072	226.132
Despesa Financeira	(44.250)	(220.026)	(141.374)	(42.537)	(11.132)	(4.695)	(3.010)	(219)	(21)	(13.211)	(7.737)	(488.212)
Resultado antes do IR e CSLL	653.022	530.684	234.097	55.372	60.383	17.368	4.658	10.587	6.159	60.021	(691.900)	940.451
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(181.617)	(145.043)	(19.855)	(10.562)	(5.631)	(2.688)	(3.906)	(378)	(14.109)	-	(383.789)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.462	5.965	64.143	658	918	-	(999)	312	(49)	(684)	-	74.726
Resultado do Período	657.484	355.032	153.197	36.175	50.739	11.737	971	6.993	5.732	45.228	(691.900)	631.388

31. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE 31/03/2012								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.066.414	333.112	2.684.534	128.836	32.269	34.188	(130.958)	4.148.395
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(114.652)	-	(1.072.986)	-	-	(13.789)	54.338	(1.147.089)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(68.402)	(53)	(240.030)	-	-	-	67.027	(241.458)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(100.444)	-	-	-	(100.444)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(183.054)	(53)	(1.313.016)	(100.444)	-	(13.789)	121.365	(1.488.991)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal e Administradores	(49.971)	(36.908)	(226.787)	(4.464)	(8.788)	(14.747)	-	(341.665)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(8.737)	(5.160)	(37.155)	-	(30)	(4.806)	-	(55.888)
Obrigação Pós-Emprego	(5.039)	(2.459)	(23.472)	-	-	(2.528)	-	(33.498)
Materiais	(2.062)	(1.332)	(11.341)	(252)	(29)	(196)	-	(15.212)
Serviços de Terceiros	(28.883)	(21.048)	(190.307)	(1.672)	(5.824)	(7.271)	1.899	(253.106)
Depreciação e Amortização	(97.922)	(602)	(110.981)	(4.236)	(8.106)	(221)	(15.483)	(237.551)
Provisões Operacionais	(4.794)	(499)	(86.197)	929	(10)	(6.824)	-	(97.395)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(49.292)	-	-	-	-	-	-	(49.292)
Custo de Construção	-	(29.930)	(245.590)	-	-	-	-	(275.520)
Outras	(15.604)	(8.753)	(57.484)	(493)	(4.364)	(10.969)	723	(96.944)
Total Custo de Operação e Despesas Operacionais	(262.304)	(106.691)	(989.314)	(10.188)	(27.151)	(47.562)	(12.861)	(1.456.071)
CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS TOTAIS	(445.358)	(106.744)	(2.302.330)	(110.632)	(27.151)	(61.351)	108.504	(2.945.062)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	621.056	226.368	382.204	18.204	5.118	(27.163)	(22.454)	1.203.333
Resultado de Equivalência Patrimonial	(802)	-	-	-	-	-	-	(802)
Receita Financeira	24.659	36.584	91.802	3.859	2.550	44.606	22.072	226.132
Despesa Financeiro	(102.261)	(147.657)	(186.566)	(4.695)	(3.010)	(44.405)	382	(488.212)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	542.652	115.295	287.440	17.368	4.658	(26.962)	-	940.451
Imposto de Renda e Contribuição Social	(176.557)	(28.293)	(168.450)	(5.631)	(2.688)	(2.170)	-	(383.789)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.131	(865)	68.765	-	(999)	3.694	-	74.726
RESULTADO DO EXERCÍCIO	370.226	86.137	187.755	11.737	971	(25.438)	-	631.388

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

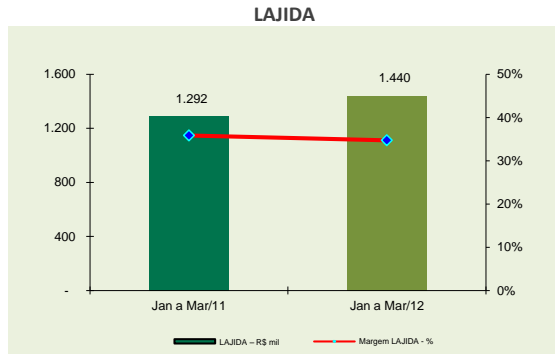
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no primeiro trimestre de 2012, um resultado consolidado de R\$631.388 em comparação ao resultado de R\$526.151 no primeiro trimestre de 2011 representando um aumento de 20,00%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 15,05% na receita, parcialmente compensado pelo aumento de 15,67% nos Custos e Despesas Operacionais. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig, no primeiro trimestre de 2012, apresentou um aumento de 11,44% em relação ao primeiro trimestre de 2011.

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2012	31/03/2011	Var %
Resultado do exercício	631.388	526.151	20,00
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	309.063	250.492	23,38
+ Resultado Financeiro	262.080	282.819	(7,33)
+ Amortização e Depreciação	237.551	232.797	2,04
= LAJIDA	1.440.082	1.292.259	11,44



O aumento do LAJIDA, no primeiro trimestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 15,05% na Receita, compensado parcialmente pelo aumento de 17,04% nos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos da Depreciação e Amortização. O aumento dos Custos e Despesas Operacionais, verificado no primeiro trimestre de 2012, em relação ao primeiro trimestre de 2011, refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 35,83%, em 2011, para 34,71% em 2012.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$4.586.727, no primeiro trimestre de 2012, em comparação a R\$3.946.409, no primeiro trimestre de 2011, o que representa um aumento de 16,23%.

Consumidores Finais

A Receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$4.025.276, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$3.498.847 no mesmo período de 2011. Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- aumento de 2,66% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);
- reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011;
- reajuste tarifário na Light, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,82%, a partir de 7 de novembro de 2011;
- variação do preço médio de energia faturada a consumidores finais que passou de R\$281,83 no primeiro trimestre de 2011 para R\$315,82 no primeiro trimestre de 2012.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	1º Trimestre de 2012	1º Trimestre de 2011	Var %
Residencial	2.948.548	2.831.408	4,14
Industrial	6.156.095	6.257.236	(1,62)
Comércio, Serviços e Outros	2.004.516	1.809.749	10,76
Rural	567.384	536.842	5,69
Poder Público	328.455	301.685	8,87
Iluminação Pública	363.171	322.755	12,52
Serviço Público	377.474	355.273	6,25
Total	12.745.643	12.414.948	2,66

Receita com suprimento

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias aumentou em 1,32%, sendo, verificado um aumento de 15,57% no preço médio de venda de energia, R\$123,61/MWh em 2012 na comparação com R\$106,95/MWh em 2011. Dessa forma, ocorreu um aumento de 17,10% na Receita com Suprimento a outras concessionárias, R\$427.100 em 2012 na comparação com R\$364.724 em 2011. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias de energia foi de 3.455.316 MWh no primeiro trimestre de 2012 comparados a 3.410.217 MWh no primeiro trimestre de 2011.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$496.529 no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$486.107 no primeiro trimestre de 2011, um aumento de 2,14%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor elétrico e seu aumento decorre de maior transporte de energia para os consumidores livres, consequência da recuperação da atividade industrial e migração de clientes cativos para o Mercado livre.

Receita de uso da rede de transmissão

Para as concessões antigas, a Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao Sistema Interligado Brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Para as concessões novas, inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A Receita de Uso da Rede de transmissão foi de R\$382.110 no primeiro trimestre de 2012 comparados a R\$317.368 no primeiro trimestre de 2011, um aumento de 20,40%. Esta variação decorre principalmente do aumento dos ativos de transmissão da Companhia em função das novas aquisições ocorridas em 2011, principalmente da Abengoa, adquirida por meio de nossa controlada TAESA. A receita de transmissão agregada pela TAESA, proporcional à nossa participação, foi de R\$132.382 no primeiro trimestre de 2012 comparada a R\$89.149 no mesmo período do ano anterior.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

As deduções à Receita Operacional foram de R\$1.915.811, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$1.647.650, no primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 16,28%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

A dedução à Receita referente à CCC foi de R\$196.684, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$157.302 no primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 25,04%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para a parcela referente aos serviços de Transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à Receita, referente à CDE, foi de R\$151.606, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$122.855 no primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 23,40%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

As demais deduções à Receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, no primeiro trimestre de 2012, foram de R\$2.945.062 comparados a R\$2.546.147 no primeiro trimestre de 2011, com aumento de 15,67%. Este resultado decorre, principalmente, dos aumentos nos custos com energia comprada para revenda e serviços de terceiros. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A Despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.147.089, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$1.075.760 no primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 6,63%. O aumento nos custos decorre do aumento da participação na Light, com a maior consolidação dos custos com compra de energia. Este é um Custo não controlável, na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão, no primeiro trimestre de 2012, foi de R\$241.458 comparados a R\$189.614 no primeiro trimestre de 2011, um aumento de 27,34%.

Esta Despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um Custo não controlável, na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A Despesa com Pessoal foi de R\$341.665 no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$281.967 no primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 21,17%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de novembro de 2011, com reajuste médio de 8,20%.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$55.888 no primeiro trimestre de 2012 comparados a R\$23.022 no primeiro trimestre de 2011. O valor provisionado no primeiro trimestre de 2012 refere-se a participação nos resultados do ano já negociada no acordo coletivo de novembro de 2011.

Obrigações Pós-emprego

A despesa com obrigação pós-emprego foi de R\$33.498 no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$30.888 no primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 8,45%. Esta despesa representa a atualização da obrigação calculada em conformidade a laudo atuarial elaborado por consultores externos.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$97.395, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$41.068, no primeiro trimestre de 2011, um aumento de 137,16%. Esta variação decorre, principalmente, da provisão de R\$27.036, constituída no primeiro trimestre de 2012, referente a ações cíveis de relações de Consumo em decorrência da reavaliação da probabilidade de perda de diversos processos, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Vide mais detalhes na nota explicativa 20 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Gás Comprado para Revenda

O Custo com compra de gás para revenda foi de R\$100.444 no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$62.366 no primeiro trimestre de 2011 representando um aumento de 61,06%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada, nos períodos comparados em consequência de maior comercialização de gás pela Gasmig, em 2012, consequência da maior atividade industrial.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado, no primeiro trimestre de 2012, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$262.080, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$282.819 no primeiro trimestre de 2011. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento na Receita com Variações Cambiais: R\$26.136 no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$5.752 no primeiro trimestre de 2011. Este aumento decorre da maior exposição a empréstimos indexados a moeda dólar americano em 2012.
- Receita com Variação Monetária sobre Depósito Judicial: R\$9.562 no primeiro trimestre de 2012 decorrentes da atualização de crédito tributário referente a ação judicial ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) em função da decisão transitada em julgado favorável à Cemig;
- Redução na Despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional: R\$33.387 no primeiro trimestre de 2012 comparados a R\$50.964 no primeiro trimestre de 2011. Esta redução decorre, substancialmente, da redução do IPCA, 1,52% no 1º trimestre de 2012 em comparação a 2,28% no 1º trimestre de 2011 e do IGPM , 0,62% no 1º trimestre de 2012 na comparação a 2,43% no mesmo período do ano anterior.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig apurou, no primeiro trimestre de 2012, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$309.063 em relação ao lucro de R\$940.451, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,86%. A Cemig apurou, no primeiro trimestre de 2011, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$250.492 em relação ao lucro de R\$776.643, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,25%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

Relações com Investidores

No ano de 2011, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais como a empresa líder do setor.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; road shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 15º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006 e 2007 de 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente);
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 26 vezes durante o ano de 2011 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual Conselho de Administração foi eleito em 27 de abril de 2012, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2013.

Principais responsabilidades e atribuições

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2013.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como :

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$ 14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2011 foram realizadas 63 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2011, foram realizadas 10 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Principais responsabilidades e atribuições

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis e Comitê de Controle e Gestão.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contactada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://ri.cemig.com.br>.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 31 DE MARÇO DE 2012

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS (mil)	%	AÇÕES PREFERENCIAIS (mil)	%	TOTAL DE AÇÕES(mil)	%
Estado de Minas Gerais	151.993.292	50,96	-	0,00	151.993.292	22,27
Outras Entidades do Estado	40.197	0,01	7.057.472	1,84	7.097.669	1,00
Total Controlador	152.033.489	50,97	7.057.472	1,84	159.090.961	23,31
AGC Energia S/A	98.321.592	32,96	-	0,00	98.321.592	14,41

Nota: o acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	31/03/2012		31/03/2011	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	152.033.489	7.057.472	152.033.489	7.057.472
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2.323	1.189	2.322	1.187
Adriano Magalhães Chaves	1	-	1	-
Antônio Adriano Silva	1	-	1	-
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	1	-	1	-
Bruno Magalhães Menicucci	-	1	-	-
Cezar Manoel de Medeiros	1	-	1	-
Djalma Bastos de Moraes	-	55	-	55
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	1	-	1	-
Eduardo Borges de Andrade	-	1	-	1
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	424	-	424
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-
Guy Maria Villela Paschoal	11	-	11	-
João Camilo Penna	1	1	1	1
Joaquim Francisco de Castro Neto	1	-	-	-
José Augusto Gomes Campos	-	1	-	-
Lauro Sérgio Vasconcelos David	1	-	1	-
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	1	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	1	-	1	-
Newton Brandão Ferraz Ramos	1	-	1	-
Otávio Marques de Azevedo	-	1	-	1
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro	-	421	-	421
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	-	1	-	1
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	96	1	96	1
Ricardo Coutinho de Sena	-	1	-	1
Saulo Alves Pereira Júnior	-	1	-	1
Tarcísio Augusto Carneiro	2.201	280	2.201	280

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	31/03/2012		31/03/2011	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA	9	696	7	634
Djalma Bastos de Moraes	-	55	-	50
Arlindo Porto Neto	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	424	-	386
Frederico Pacheco de Medeiros	1	-	-	-
Fuad Jorge Noman Filho	-	-	-	-
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
José Raimundo Dias Fonseca	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	6	-	6	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
Luiz Henrique Michalick	-	217	-	198
Maria Celeste Moraes Guimarães	1	-	-	-
CONSELHO FISCAL	-	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Helton da Silva Soares	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Newton de Moura	-	-	-	-
Rafael Cardoso Cordeiro	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	-	-	-	-

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 1, a controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de março de 2012 no montante de R\$ 1.396.217 mil (R\$ 1.393.790 mil no Consolidado). O efeito proporcional na Companhia é de R\$ 139.379 mil. Na referida nota explicativa estão descritos os planos da administração da Madeira Energia S.A. para equalização da situação do capital circulante líquido negativo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ainda conforme descrito na nota explicativa 1, a controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada estão incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de março de 2012 totalizava R\$ 12.243.585 mil, de acordo com as expectativas da administração dar-se-á a partir do início das operações. Em 31 de março de 2012, o montante do ativo imobilizado proporcional à Companhia é de R\$ 1.224.358 mil. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG 058176/O-0